



Relatório de **GESTÃO** **2022**



Mais
que uma escolha
FINANCEIRA, é um lugar para chamar de meu.



SICOOB
Coopmil

SUMÁRIO

CULTURA ORGANIZACIONAL

5
Cultura Organizacional

6
Governança

7
Mensagem dos Presidentes

9
Retrospectiva 2022

17

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial
Demonstração de Sobras ou Perdas
Demonstração de Resultado Abrangente
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

51
Balancão Social

55
Evolução Econômica e Social

68
Relatório dos Auditores Independentes

69
Parecer do Conselho Fiscal

72
Mensagem do Conselho Fiscal



Propósito
Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



Missão
Prover soluções inovadoras e sustentáveis por meio da cooperação.



Visão
Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.



Valores
Respeito e Valorização das Pessoas; Cooperativismo e Sustentabilidade; Ética e Integridade; Excelência e Eficiência; Liderança Inspiradora; Inovação e Simplicidade.



Princípios do Cooperativismo

- 1º - Adesão voluntária e livre
- 2º - Gestão democrática
- 3º - Participação econômica dos membros
- 4º - Autonomia e independência
- 5º - Educação, formação e informação
- 6º - Intercooperação
- 7º - Interesse pela comunidade

GOVERNANÇA

MENSAGEM dos PRESIDENTES

Conselho de Administração



Cel PM Edson de Oliveira Silva
Presidente CONAD



Cel PM Orlando Taveiros Costa Júnior
Vice-Presidente CONAD



Cel PM
Erik Hoelz Colla
Conselheiro



Cel PM
Marcos Roberto Chaves da Silva
Conselheiro



Cel PM
Carla Danielle Basson
Conselheira



Cel PM
Waldir Rapello Dutra
Conselheiro



Cel PM
Newton Hugolino Michelazzo
Conselheiro

Diretoria Executiva



Cel PM
Hudson Tabajara Camilli
Diretor-Presidente

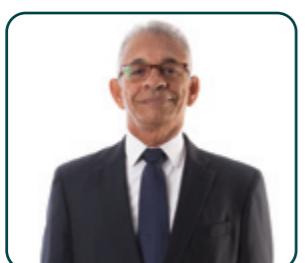


Cel PM
Wellington Luiz Dorian Venezian
Diretor de Negócios

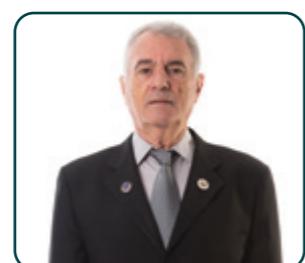


Cel PM
Ernesto de Jesus Herrera
Diretor de Desenvolvimento Organizacional

Conselho Fiscal



Ten Cel PM
Ailton Soares
Coordenador



Cel PM
Manoel Carlos Abissi Nogueira
Relator



Cel PM
Marco Antônio Basso
Vogal

Um ano desafiador. Um ano realizador!

O mundo está passando por um momento de grandes desafios e incertezas. É sabido que a pandemia da COVID-19 desencadeou uma série de impactos e mudanças significativas em diversas áreas da vida, desde a saúde pública, a economia global, até a dinâmica social. Para enfrentar esses desafios, os governos e as instituições globais tiveram que adotar medidas sem precedentes para garantir o bem-estar das pessoas e mitigar impactos econômicos ainda maiores.

Outros fatores potencializaram as preocupações do cidadão mais simples, como a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que alterou significativamente as cadeias de logística, impondo restrições à sociedade mundial.

Os bancos centrais mundiais têm procurado conter a inflação restringindo o crédito. Há uma real expectativa de recessão em 2023 como já ocorreu em 2008, com a crise do subprime nos Estados Unidos. Bancos mundo afora têm passado por dificuldades e outros sucumbido diante da mudança abrupta do setor financeiro. No Brasil para conter a elevação da inflação, o Banco Central promoveu o aumento vertiginoso da taxa referencial de juros promovendo a escassez do crédito.

É justamente nestes momentos de intranquilidade e turbulência econômico-social que as cooperativas se apresentam para apoiar e ajudar os associados. É por meio da ajuda mútua que elas oferecem soluções inovadoras para atender as expectativas e necessidades das pessoas, mesmo em momentos de aflição.

Nesse sentido a Sicoob COOPMIL tem se posicionado oferecendo benefícios como a assistência social e psicológica, além do Auxílio Funeral. Também tem procurado disponibilizar soluções que possam suportar as dificuldades financeiras por que passa o associado. Assim, durante estes anos, a cooperativa promoveu as seguintes ações:

- Oferecimento de crédito consignado em até 96 meses com as melhores taxas do mercado;

- Portabilidade de empréstimos obtidos junto a outras instituições financeiras, possibilitando aos cooperados diminuir o comprometimento mensal da renda;

- Troca de dívidas e renegociação, com a possibilidade de diminuição do valor de parcelas mensais e alongamento dos prazos de pagamento;

- Redução de juros do cartão de crédito;

- Tarifas de produtos e serviços mais atrativas;

- Linha de Crédito COOMViDA, destinada a socorrer os associados acometidos pelo COVID-19.

As cooperativas são organizações financeiras que, por meio mutualidade, procuram atender os associados sem se importar em gerar lucro. É por essa razão, que o sistema é impulsionado nas crises mesmo em um ambiente de intensa concorrência.

Estamos esperançosos de que o pior já passou, que teremos um ano de recomposição. Temos certeza de que melhores dias estão próximos. Mas, enquanto perdurarem as dificuldades financeiras, a Sicoob COOPMIL estará junto com o seu associado. Sairemos desta crise ainda mais fortalecidos.

Cel PM Edson de Oliveira Silva
Presidente do Conselho de Administração da Sicoob COOPMIL



MENSAGEM dos PRESIDENTES



Juntos somos mais fortes!

A crise econômica pode ser definida como um período de desaceleração do crescimento econômico, caracterizado por uma série de fatores, como: desemprego, queda no poder aquisitivo, desvalorização da moeda, aumento da inflação, entre outros. Durante estes períodos, as instituições financeiras tradicionais costumam aumentar suas taxas de juros e restringir a oferta de crédito, o que pode dificultar o acesso das pessoas a financiamentos e empréstimos, justamente quando mais precisam.

Nesse contexto, as cooperativas de crédito, como a Sicoob COOPMIL, ganham ainda mais relevância, tornando-se a principal alternativa para a população. Por não visarem ao lucro e terem como essência a ajuda mútua, conseguem oferecer serviços financeiros de forma mais acessível e democrática.

Mais uma vez, assim como em sua criação, a cooperativa precisa estimular a união de todos os associados para que possamos vencer o atual momento de intranquilidade com os efeitos da pandemia e da guerra da Ucrânia e Rússia.

O sistema cooperativista financeiro tem dobrado de tamanho a cada 5 anos, mesmo em tempos de crise.

A Sicoob COOPMIL tem expandido sua atuação para todo o Brasil por meio de parcerias. Somos uma cooperativa nacional de livre admissão. Estamos levando nossa expertise no segmento de policiais e funcionários públicos para outros Estados da federação. Já estamos representados em Goiás, Santa Catarina, Minas Gerais e no Distrito Federal. Temos tido grande expansão de associados pessoas jurídicas, particularmente de pequenos e microempreendedores. Já ultrapassamos a marca de 10 mil cooperados digitais em todo o território nacional, sendo que há 2 anos éramos pouco mais de 400. Vejam que o crescimento vertiginoso das adesões digitais ocorreu durante o período de crise com a pandemia e guerra da Ucrânia, o que comprova ser um resultado espetacular.

Esses números demonstram que, a despeito das dificuldades impostas pelo ambiente externo, a Sicoob COOPMIL tem sido procurada por um público que busca soluções financeiras que não são oferecidas pelo mercado. Esse é um momento de consolidação e de adaptação a um crescimento exponencial da taxa referencial de juros que deve reduzir a partir de meados de 2023.

Este cenário requer soluções para novos desafios e essa tem sido a realidade da Sicoob COOPMIL durante seus 33 anos. Estamos melhorando, expandindo, nos adaptando às novas realidades sempre atendendo as expectativas e necessidades dos seus associados. Pessoas cuidando de pessoas.

Juntos somos mais fortes!

Cel PM Hudson Tabajara Camilli
Diretor-Presidente da Sicoob COOPMIL

2022 RETROSPECTIVA

Em 2022, a Sicoob COOPMIL seguiu com seu árduo trabalho em levar produtos, serviços e benefícios de qualidade para seus associados, sempre com foco no bem-estar de todos. Também obteve grandes conquistas e participou de importantes ações.

Confira!



RETROSPECTIVA

RETROSPECTIVA

Janeiro



Destaque no Desafio Novos Cooperados

A Sicoob COOPMIL apresentou ótimo desempenho e ficou entre os destaques na Campanha Desafio Novos Cooperados. Dos 6 grupos de instituições vencedoras, a cooperativa integrou o grupo 4 e, neste, ficou em 5º lugar, com 2.357 novas adesões. O resultado foi divulgado no dia 12 de janeiro de 2022.

Diretor-Presidente visita entidades em Goiânia

Em 27 de janeiro, o Diretor-Presidente da Sicoob COOPMIL, Cel PM Hudson Camilli, visitou diversas entidades em Goiânia. Os encontros fizeram parte da implementação do projeto operacionalizado pelo correspondente cooperativo MBR, em parceria com a FENEME - Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais. A ação visa promover a divulgação da cooperativa por todo o Brasil.



Março

Prêmio Ranking, Destaque e Seguros

A Sicoob COOPMIL foi reconhecida, em 31 de março, no Prêmio Ranking, Destaque e Seguros do ciclo de 2021, em duas importantes ações. Na modalidade Captação, o prêmio recebido foi resultado do Projeto Adesão Digital Sicoob COOPMIL, que consistiu na captação de novos associados por meio de canais digitais. Já na modalidade Sustentabilidade, o Programa Roda Vida foi o escolhido por realizar doações de cadeiras de rodas e melhorar a qualidade de vida daqueles que precisam do equipamento para se locomover.

Recertificação ISO 9001:2015

Preocupada em assegurar a satisfação e o bem-estar dos seus associados, a Sicoob COOPMIL tem como uma das suas grandes prioridades investir na qualidade e, mais uma vez, comprovou sua dedicada atuação nesta área. Em março, ela foi recertificada na Norma ISO 9001:2015. Mais do que garantir o bem-estar dos integrantes do quadro associativo, conquistas como essa também auxiliam de forma significativa na sustentabilidade da instituição.

Maio

Participação da cooperativa em fórum de Recife

O Diretor de Negócios da Sicoob COOPMIL, Cel PM Wellington Luiz Dorian Venezian, representou a Sicoob COOPMIL no XXIII Fórum da Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares (ANERMB), realizado em Recife (PE) de 27 a 29 de abril. Com a livre admissão e projeto de ampliação do quadro associativo, o objetivo da participação no encontro foi apresentar o trabalho da cooperativa às associações presentes no evento e a parceria com a MBR.



Julho



Reinauguração do PA CSC

O mês de julho começou com uma grande realização na Sicoob COOPMIL: a reinauguração do Posto de Atendimento CSC, localizado na zona norte de São Paulo. O evento contou com a presença dos membros da Diretoria Executiva da cooperativa, cooperados, parceiros e colaboradores. A ação faz parte do processo de revitalização das unidades de atendimento, para que os associados e colaboradores tenham mais conforto e disponham de um ambiente mais favorável na realização de negócios.

Agosto



Reinauguração da Unidade Campinas

Em continuidade ao projeto de revitalização dos PAs e preocupada em melhorar cada vez mais a qualidade do seu atendimento, a cooperativa reinaugurou, no dia 8 de agosto, a Unidade de Atendimento Campinas. O novo endereço foi escolhido estrategicamente, no Shopping Campinas. Desta forma, além de proporcionar mais conforto aos associados, também garantimos maior visibilidade à marca Sicoob COOPMIL frente ao grande fluxo de pessoas no local.

Reinauguração Auditório Cel PM Orlando Taveiros Costa Júnior

O aniversário de 33 anos da cooperativa, em 18 de agosto, foi marcado por muita emoção. O Cel PM Orlando Taveiros Costa Júnior, ex-vice-presidente do Conselho de Administração, foi homenageado em uma cerimônia de descerramento da placa do auditório, localizado na sede da Sicoob COOPMIL, que agora leva o seu nome. Falecido em março de 2022, após trilhar uma trajetória de muito sucesso, seu legado de contribuições à cooperativa foi reconhecido na ocasião. Acompanhada pelos filhos, Matheus Batista Taveiros Costa e Lucas Batista Taveiros Costa (aluno oficial da PM), a viúva, Sra. Lucelena Aparecida Batista Taveiros Costa, agradeceu o feito.



Sicoob COOPMIL é duplamente reconhecida no RECIP

Em 25 de agosto, a Sicoob COOPMIL foi duplamente premiada no projeto “Reconhecimento Inovação com Propósito no Cooperativismo Financeiro” (RECIP). A ação é promovida pela Fenasbac e apoiada pelo Sistema OCB e Banco Central do Brasil. Seu objetivo principal é revelar as cooperativas que inovam seguindo os princípios do movimento. Na ocasião, 17 cooperativas chegaram até a fase final do processo e apenas 9 foram reconhecidas, sendo a Sicoob COOPMIL destaque nas dimensões: Inovação com Propósito e Inovação Participativa.

Outubro

Conselho Fiscal toma posse

Em 6 de outubro, foi realizada a cerimônia de posse do Conselho Fiscal da Sicoob COOPMIL (triênio 2022/2025) na sede da cooperativa. Integram o conselho os sócios: Ten Cel PM Ailton Soares (Coordenador), o Cel PM Manoel Carlos Abissi Nogueira (Relator) e o Cel PM Marco Antônio Basso (Vogal). Por meio dos princípios da transparência, equidade e prestação de contas, o órgão visa contribuir para o melhor desempenho da instituição.



Dezembro



Sicoob COOPMIL e sua Fundação apoiam a 55ª Corrida Sargento Gonzaguinha

Mais de 3 mil competidores participaram da 55º Corrida Sargento Gonzaguinha, realizada no dia 11 de dezembro. A prova, organizada pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, teve largada e chegada na Avenida Cruzeiro do Sul (SP) e contou com percursos de 4km e 15km. Este foi o primeiro ano de participação da Fundação COOPMIL – Hélio Lourenço Camilli no evento. Além de colaborar com a organização da corrida, a instituição fez a doação de uma cadeira de rodas motorizada para o 1º Sgt PM Marcelo Dutra da Silva e também concedeu 30 mudas de árvores para plantio no percurso da prova.

RETROSPECTIVA

RETROSPECTIVA

Aplicações Sicoob COOPMIL

Conheça os números referentes às aplicações na Sicoob COOPMIL em 2022.



Modalidade	Aplicadores	Saldo
RDC	1.641	R\$ 110.427.575,25
Previdência PGBL	193	R\$ 949.590,60
Previdência VGBL	9	R\$ 101.695,70
Poupança Sicoob	231	R\$ 436.623,66
Tesouro Direto	11	R\$ 140.116,38

Seguro Prestamista

Nesta modalidade, que assegura a quitação de débitos em caso de falecimento e a devolução de valores aos familiares, tivemos **7.999 contratações** e a movimentação de **R\$ 2.166.202,11**.



Consórcio

Os consórcios de imóveis, automóveis e serviços movimentaram o valor de **R\$ 5.445.313,00**, por meio de **177 contratações**.



Crédito

Nas operações de crédito, tivemos ótimos resultados. No ano de 2022, foram efetuados **8.818 contratos** nas diversas linhas oferecidas pela cooperativa, somando um montante de **R\$ 80.710.640,73**.



Seguros diversos

Somando as modalidades de seguros, como: automóveis, vida, residencial, entre outras, foram realizadas **1.473 contratações**, com movimentação de **R\$ 987.344,31**.



Unidade de Atendimento ao Cliente (UniACli)

Em 2022, a UniACli realizou diversos atendimentos ao cooperado, entre eles: elogios, dúvidas, reclamações e sugestões. Confira!



Modalidade	Quantidade
Atendimentos presenciais	280
Via portal e chat	245
Telefone	23.111
Reversões	102
WhatsApp	48.981



Conta Corrente

No serviço de conta corrente, que oferece excelentes pacotes e vantagens aos associados, alcançamos o total de **23.960 correntistas**, sendo destes: **22.739 pessoas naturais** e **1.221 pessoas jurídicas**.



Cartão de Crédito COOPMIL Sicoobcard

O Cartão de Crédito COOPMIL Sicoobcard é um dos produtos preferidos dos nossos cooperados. Em 2022, contabilizamos um total de **10.298 cartões com limite**.



Unidade de Comunicação e Marketing

A Unidade de Comunicação é responsável por deixar os associados por dentro das novidades da cooperativa, além de divulgar os produtos, serviços e benefícios disponibilizados. Em 2022, foram disparados **8.449.487 e-mails marketing** e **641.441 SMSs**.



Adesões

Em 2022, a Sicoob COOPMIL recebeu um total de **7.257 novas adesões**, sendo **6.538 de pessoas físicas** e **719 de pessoas jurídicas**. Destas, **6.409 foram por meio digital** e **848 presencial**.



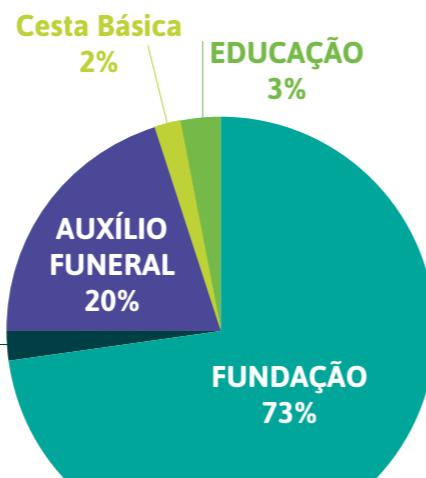
RETROSPECTIVA

FATES

FATES (Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social)

No FATES, registramos a movimentação de R\$ 793.914,46. Estes recursos foram destinados ao atendimento de solicitações socioeconômicas aos cooperados, conforme gráfico:

Assessoria Jurídica
2%



Fundação Hélio Lourenço Camilli

A Sicoob COOPMIL, por meio de sua Fundação, investe em ações assistenciais aos seus associados, nas áreas: Social, Jurídica, Educacional, Psicológica, Odontológica, de Lazer e Auxílio Funeral. Confira a seguir os números registrados em 2022:



Assistência Funeral:
86 atendimentos

Assistência Odontológica:
1.704 atendimentos

Assistência Psicológica:
357 atendimentos

Assistência Jurídica:
307 atendimentos

Convênios Educacionais:
155 descontos concedidos

Convênios Comerciais:
177 descontos concedidos

Convênios de saúde:
298 atendimentos

Serviço Social:
1.161 atendimentos



Demonstrações **CONTÁBEIS**

Conheça nossos demonstrativos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais, patrimoniais e principais indicadores.

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		292.926.970,72	288.440.661,71
DISPONIBILIDADES		216.577,59	178.075,25
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		296.759.142,34	274.801.564,58
Títulos e Valores Mobiliários	6	64.011.958,44	32.527.052,33
Relações Interfinanceiras		4.073.504,62	12.481.876,61
Centralização Financeira		4.073.504,62	12.481.876,61
Operações de Crédito	7	225.939.289,91	227.557.883,48
Outros Ativos Financeiros	8	2.734.389,37	2.234.752,16
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(15.011.069,99)	(13.792.934,32)
(-) Operações de Crédito	7.e	(13.879.525,94)	(12.995.874,97)
(-) Outras	8.1a	(1.131.544,05)	(797.059,35)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	740.932,15	741.043,16
OUTROS ATIVOS	10	985.828,79	1.193.257,09
INVESTIMENTOS	11	-	17.927.078,54
IMOBILIZADO DE USO	12	17.122.393,13	15.448.467,94
INTANGÍVEL	13	1.428.491,58	1.709.324,63
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	12 e 13	(9.315.324,87)	(9.765.215,16)
TOTAL DO ATIVO		292.926.970,72	288.440.661,71
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		292.926.970,72	288.440.661,71
DEPÓSITOS	14	119.344.652,14	115.239.824,68
Depósitos à Vista		8.917.076,89	9.433.405,67
Depósitos a Prazo		110.427.575,25	105.806.419,01
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		59.739.818,61	32.751.220,52
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15	-	25.584,87
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16	59.242.611,53	32.336.857,11
Outros Passivos Financeiros	17	497.207,08	388.778,54
PROVISÕES	19	1.225.396,29	667.204,10
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	20	577.415,24	627.026,67
OUTROS PASSIVOS	21	7.708.708,06	10.278.854,34
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		104.330.980,38	128.876.531,40
CAPITAL SOCIAL	22	96.375.580,07	106.162.746,71
RESERVAS DE SOBRAS		25.146.788,39	25.925.909,99
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		(17.191.388,08)	(3.212.125,30)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		292.926.970,72	288.440.661,71

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

	Notas	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		25.707.862,60	49.459.961,31	48.793.318,44
Operações de Crédito	24	22.969.905,52	45.156.930,06	45.945.390,53
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	424.965,85	751.355,10	266.265,16
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	2.312.991,23	3.551.676,15	2.581.662,75
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	25	(16.934.657,24)	(30.684.006,71)	(13.566.959,73)
Operações de Captação no Mercado	14. d	(7.839.877,08)	(13.690.579,58)	(5.005.317,04)
Operações de Empréstimos e Repasses	16. b	(4.254.194,62)	(6.924.012,93)	(338.377,37)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(4.840.585,54)	(10.069.414,20)	(8.223.265,32)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		8.773.205,36	18.775.954,60	35.226.358,71
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(17.010.304,41)	(36.858.136,52)	(36.591.477,58)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	26	1.069.906,58	2.110.639,54	1.162.148,95
Rendas de Tarifas	27	1.463.649,68	2.867.730,10	3.228.726,82
Dispêndios e Despesas de Pessoal	28	(11.493.822,01)	(22.807.305,65)	(21.316.359,08)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	29	(10.575.712,45)	(21.658.894,25)	(19.884.297,36)
Dispêndios e Despesas Tributárias	30	(242.315,73)	(505.164,59)	(387.540,60)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	31	4.921.166,63	7.764.362,98	6.288.881,28
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	32	(2.153.177,11)	(4.629.504,65)	(5.683.037,59)
PROVISÕES		(14.213,16)	93.613,40	(93.784,66)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	33	(14.213,16)	93.613,40	(93.784,66)
RESULTADO OPERACIONAL		(8.251.312,21)	(17.988.568,52)	(1.458.903,53)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	34	404.230,34	1.086.377,48	672.344,23
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		(7.847.081,87)	(16.902.191,04)	(786.559,30)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(287.265,40)	(287.265,40)	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(168.425,12)	(168.425,12)	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(118.840,28)	(118.840,28)	-
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		(8.134.347,27)	(17.189.456,44)	(786.559,30)
JUROS AO CAPITAL	23	-	(1.931,64)	(3.271.374,88)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(8.134.347,27)	(17.191.388,08)	(4.057.934,18)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
			Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CAPITAL SOCIAL	22	96.375.580,07	106.162.746,71	
RESERVAS DE SOBRAS		25.146.788,39	25.925.909,99	
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		(17.191.388,08)	(3.212.125,30)	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		292.926.970,72	288.440.661,71	
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		(8.134.347,27)	(17.189.456,44)	(786.559,30)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		(8.134.347,27)	(17.189.456,44)	(786.559,30)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020		117.162.578,76	(446.065,01)	25.925.909,99	0,00	1.052.135,06	143.694.558,80
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Ao FATES		0,00	0,00	0,00	0,00	(526.067,53)	(526.067,53)
Constituição de Reservas		0,00	0,00	0,00	526.067,53	(526.067,53)	0,00
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		23.787.956,56	2.201,34	0,00	0,00	0,00	23.790.157,90
Por Devolução (-)		(37.279.347,81)	0,00	0,00	0,00	0,00	(37.279.347,81)
Estorno de Capital		(26.155,47)	0,00	0,00	0,00	0,00	(26.155,47)
Reversão/Realização de Reservas							
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	526.067,53	526.067,53
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	(526.067,53)	319.741,35	(206.326,18)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(3.271.374,88)	(3.271.374,88)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		2.961.578,34	0,00	0,00	0,00	0,00	2.961.578,34
Saldos em 31/12/2021		106.606.610,38	(443.863,67)	25.925.909,99	0,00	(3.212.125,30)	128.876.531,40
Saldos em 31/12/2021		106.606.610,38	(443.863,67)	25.925.909,99	0,00	(3.212.125,30)	128.876.531,40
Destinações das Perdas do Exercício Anterior:							
Outras Destinações das Perdas do Exercício Anterior		0,00	0,00	(3.212.125,30)	0,00	0,00	(3.212.125,30)
Outros Eventos/Reservas							
0,00		0,00	2.433.003,70	0,00	0,00	2.433.003,70	
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		22.030.773,63	(3.344.423,54)	0,00	0,00	0,00	18.686.350,09
Por Devolução (-)		(28.437.014,53)	0,00	0,00	0,00	0,00	(28.437.014,53)
Estorno de Capital		(36.502,20)	0,00	0,00	0,00	0,00	(36.502,20)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital							
0,00		0,00	0,00	0,00	(17.189.456,44)	(17.189.456,44)	
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(1.931,64)	(1.931,64)
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(779.121,60)
Outras Destinações das Sobras do Período		0,00	0,00	0,00	0,00	3.212.125,30	3.212.125,30
Saldos em 31/12/2022		100.163.867,28	(3.788.287,21)	25.146.788,39	0,00	(17.191.388,08)	104.330.980,38
Saldos em 30/06/2022		100.566.867,75	(851.180,86)	22.713.784,69	0,00	(9.057.040,81)	113.372.430,77
Outros Eventos/Reservas							
0,00		0,00	2.433.003,70	0,00	0,00	2.433.003,70	
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		12.190.957,08	(2.937.106,35)	0,00	0,00	0,00	9.253.850,73
Por Devolução (-)		(12.570.173,87)	0,00	0,00	0,00	0,00	(12.570.173,87)
Estorno de Capital		(23.783,68)	0,00	0,00	0,00	0,00	(23.783,68)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital							
0,00		0,00	0,00	0,00	(8.134.347,27)	(8.134.347,27)	
Saldos em 31/12/2022		100.163.867,28	(3.788.287,21)	25.146.788,39	0,00	(17.191.388,08)	104.330.980,38

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

	Notas	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		(7.847.081,87)	(16.902.191,04)	(786.559,30)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(3.295,35)	(720,59)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		4.840.585,54	10.069.414,20	8.223.265,32
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		14.213,16	(93.613,40)	93.784,66
Atualização de Depósitos em Garantia		(11.023,73)	(21.722,45)	(9.241,38)
Depreciações e Amortizações		439.190,62	809.990,75	714.749,55
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		(2.564.116,28)	(6.141.417,29)	8.235.278,26
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Títulos e Valores Mobiliários		24.210.918,00	(4.176.823,20)	4.493.151,42
Operações de Crédito		3.671.409,49	(6.192.008,08)	(55.531.226,12)
Outros Ativos Financeiros		(917.866,52)	(1.518.591,64)	(1.113.988,99)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		5.281,13	111,01	(10.740,77)
Outros Ativos		1.137.920,79	207.428,30	(296.683,85)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		(1.741.428,79)	(516.328,78)	1.517.687,76
Depósitos a Prazo		(1.852.313,11)	4.621.156,24	(14.198.078,32)
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		(27.037,84)	(25.584,87)	25.584,87
Obrigações por Empréstimos e Repasses		12.328.388,77	26.905.754,42	32.336.857,11
Outros Passivos Financeiros		18.944,61	108.428,54	38.073,04
Provisões		62.554,55	651.805,59	(37.607,36)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(218.853,13)	(336.876,83)	(100.099,30)
Outros Passivos		(2.983.176,28)	(2.572.077,92)	(4.497.699,62)
FATES - Atos Cooperativos		-	-	319.741,35
Outras Destinações		2.433.003,70	2.433.003,70	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		33.563.629,09	13.447.979,19	(28.819.750,52)
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos		-	3.295,35	720,59
Aquisição de Intangível		(93.125,06)	(501.301,47)	(198.951,55)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(937.001,02)	(2.151.671,71)	(1.105.389,37)
Aquisição de Investimentos		-	-	(7.222.073,38)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(1.030.126,08)	(2.649.677,83)	(8.525.693,71)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		9.253.850,73	18.686.350,09	23.790.157,90
Devolução de Capital a Cooperados		(12.570.173,87)	(28.437.014,53)	(37.279.347,81)
Estorno de Capital		(23.783,68)	(36.502,20)	(26.155,47)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		-	-	2.961.578,34
Reversão/Realização de Reservas		-	-	(526.067,53)
Outros Eventos/Reservas		-	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		<b		

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB COOPMIL, doravante denominado **SICOOB COOPMIL**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **18/8/1989**, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a **Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias**; pela Lei nº 5.764/1971, que define a **Política Nacional do Cooperativismo** e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o **Sistema Nacional de Crédito Cooperativo**; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que específica.

A SICOOB COOPMIL, sediado à **RUA VENCESLAU BRÁS, N° 175, CENTRO, SÃO PAULO - SP**, possui 30 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **OSASCO - SP, SANTO AMARO - SP, CSC - SP, CAMBUCI - SP, ITAQUERA - SP, PIRITUBA - SP, SANTOS - SP, CAMPINAS - SP, GUARULHOS - SP, MOGI DAS CRUZES - SP, SANTO ANDRÉ - SP, ARARAQUARA - SP, FRANCA - SP, JUNDIAÍ - SP, TAUBATÉ - SP, PIRACICABA - SP, RIBEIRÃO PRETO - SP, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP, ARAÇATUBA - SP, BAURU - SP, BOTUCATU - SP, CARAGUATATUBA - SP, MARÍLIA - SP, OURINHOS - SP, PRESIDENTE PRUDENTE - SP, REGISTRO - SP, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP, SOROCABA - SP, HERCULÂNDIA - SP, LUPERCIO - SP**.

A **SICOOB COOPMIL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito;
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas **Normas Brasileiras de Contabilidade** (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela **Lei do Cooperativismo** nº 5.764/1971 e pela **Lei Complementar** nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no **Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF**, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo **Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC**, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

A aprovação das demonstrações financeiras aqui apresentadas foi concedida pela Administração em 27/02/2023.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior,

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

- i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
- ii) sobre a remuneração de quotas-parte do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas COSIF a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo COSIF que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;
- ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;
- iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:
 - a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;
 - b) mensurar os passivos:
 - b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;
 - b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF) e das demonstrações no padrão contábil internacional.

Consolidação do COSIF: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do COSIF, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1º de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1º de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1º de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1º de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1º de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1º de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1º de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do COSIF, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convicida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB COOPMIL** junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata die*”.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explanatórias, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

A SICOOB COOPMIL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2022 e 2021**, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em **31 de dezembro de 2022**.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	216.577,59	178.075,25
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	4.073.504,62	12.481.876,61
Títulos e Valores Mobiliários	36.674.333,65	27.293.329,28
TOTAL	40.964.415,86	39.953.281,14

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

Referem-se as operações com disponibilidade imediata e cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em **31 de dezembro de 2022 e 2021**, as aplicações interfinanceiras de liquidez, referem-se substancialmente a aplicações em Certificado de Depósito Interbancário, encerradas em maio/2021, não havendo, mas aplicações nessa modalidade.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em **31 dezembro de 2022 e 2021**, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, referem-se a rendimento sobre títulos dados em garantia na instituição financeira Safra, com remuneração média de 35,44% do CDI.

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	424.965,85	751.355,10	266.265,16

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022
	Circulante
Participação Em Cooperativa Central De Crédito	21.328.282,37
Participação Em Instituição Fina. Contr. Cooperativa De Crédito	23.208,73
Outras Participações	1.055,54
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS (a)	21.352.546,64
	TOTAL
	21.352.546,64

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2022.

b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Títulos de Renda Fixa	18.540.667,69	22.023.961,15
Cotas de Fundos de Investimento	18.133.665,96	5.269.368,13
Títulos dados em Garantia - Outros	5.985.078,15	5.233.723,05
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	42.659.411,80	32.527.052,33
	TOTAL	42.659.411,80
		32.527.052,33

(a) Títulos e valores mobiliários, referem-se substancialmente a aplicações em fundos de investimentos, Letras financeiras, contratados nas instituições financeiras Safra. Também há Recibos de Depósitos Cooperativos - RDC, junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP, com remuneração média de 76,65% do CDI.

Abaixo, a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em **31 de dezembro de 2022 e 2021**, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.239.389,53	2.301.706,54	1.228.421,51
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	1.073.601,70	1.249.969,61	1.353.241,24
TOTAL	2.312.991,23	3.551.676,15	2.581.662,75

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	51.537.668,02	173.804.075,99	225.341.744,01	47.203.395,14	179.936.488,30	227.139.883,44
Financiamentos	168.675,30	400.885,98	569.561,28	95.256,38	290.241,29	385.497,67
Financiamentos Rurais	8.297,12	19.687,50	27.984,62	4.939,87	27.562,50	32.502,37
Total de Operações de Crédito	51.714.640,44	174.224.649,47	225.939.289,91	47.303.591,39	180.254.292,09	227.557.883,48
(-) Provisões para Operações de Crédito	(5.852.514,47)	(8.027.011,47)	(13.879.525,94)	(5.054.065,46)	(7.941.809,51)	(12.995.874,97)
TOTAL	45.862.125,97	166.197.638,00	212.059.763,97	42.249.525,93	172.312.482,58	214.562.008,51

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA - Normal	26.293.961,99	0,00	0,00	26.293.961,99		29.354.728,86	
A 0,5%	Normal	78.969.232,17	76.428,51	0,00	79.045.660,68	(395.228,30)	77.615.069,66
B 1%	Normal	51.138.700,61	255.941,49	0,00	51.394.642,10	(513.946,42)	47.927.701,14
B 1%	Vencidas	4.767.123,13	0,00	0,00	4.767.123,13	(47.671,23)	7.585.582,72
C 3%	Normal	36.750.695,66	160.973,78	27.984,62	36.939.654,06	(1.108.189,62)	37.867.701,99
C 3%	Vencidas	5.728.027,69	0,00	0,00	5.728.027,69	(171.840,83)	7.181.386,72
D 10%	Normal	5.044.790,51	19.589,77	0,00	5.064.380,28	(506.438,03)	4.003.549,74
D 10%	Vencidas	2.545.293,73	21.546,24	0,00	2.566.839,97	(256.684,00)	2.354.384,14
E 30%	Normal	1.127.728,37	0,00	0,00	1.127.728,37	(338.318,51)	1.221.757,92
E 30%	Vencidas	972.203,25	0,00	0,00	972.203,25	(291.660,98)	1.707.105,98
F 50%	Normal	1.404.926,94	33.561,24	0,00	1.438.488,18	(719.244,09)	1.005.848,75
F 50%	Vencidas	1.574.246,11	0,00	0,00	1.574.246,11	(787.123,06)	1.224.632,41
G 70%	Normal	166.238,83	0,00	0,00	166.238,83	(116.367,18)	219.106,82
G 70%	Vencidas	777.613,20	0,00	0,00	777.613,20	(544.329,24)	1.237.343,87
H 100%	Normal	2.401.959,95	1.331,72	0,00	2.403.291,67	(2.403.291,67)	3.000.909,74
H 100%	Vencidas	5.679.001,87	188,53	0,00	5.679.190,40	(5.679.190,40)	4.051.073,02
Total Normal	203.298.235,03	547.826,51	27.984,62	203.874.046,16	(6.101.023,82)	202.216.374,62	(6.427.474,66)
Total Vencidos	22.043.508,98	21.734,77	0,00	22.065.243,75	(7.778.499,74)	25.341.508,86	(6.568.397,57)
Total Geral	225.341.744,01	569.561,28	27.984,62	225.939.289,91	(13.879.523,56)	227.557.883,48	(12.995.872,23)
Provisões	(13.848.501,18)	(30.185,22)	(839,54)	(13.879.525,94)		(12.995.874,97)	
Total Líquido	211.493.242,83	539.376,06	27.145,08	212.059.763,97		214.562.008,51	

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	18.744.472,83	32.793.195,19	173.804.075,99	225.341.744,01
Financiamentos	44.237,48	124.437,82	400.885,98	569.561,28
Financiamentos Rurais	2.390,87	5.906,25	19.687,50	27.984,62
TOTAL	18.791.101,18	32.923.539,26	174.224.649,47	225.939.289,91

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financ.	Financ. Rurais	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	30.836,78	0,00	0,00	30.836,78	0,01%
Setor Privado - Serviços	4.076.772,35	50.906,48	0,00	4.127.678,83	1,83%
Pessoa Física	221.234.134,88	518.654,80	27.984,62	221.780.774,30	98,16%
TOTAL	225.341.744,01	569.561,28	27.984,62	225.939.289,91	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	12.995.874,97	12.641.880,22
Constituições/Reversões no período	8.694.252,62	7.289.019,70
Transferência para prejuízo no período	(7.810.601,65)	(6.935.024,95)
Saldo Final	13.879.525,94	12.995.874,97

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	299.412,36	0,13%	263.267,05	0,12%
10 Maiores Devedores	2.431.900,53	1,07%	2.434.018,76	1,06%
50 Maiores Devedores	9.950.253,39	4,38%	10.093.175,22	4,42%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	98.599.877,29	105.044.592,93
Valor das operações transferidas no período	8.851.278,53	7.608.312,50
Valor das operações recuperadas no período	(2.033.105,92)	(5.432.225,95)
Valor das operações renegociadas no período	(4.391.773,46)	

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em **31 de dezembro de 2022 e 2021**, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	1.420.712,90	0,00	1.139.517,12	0,00
Rendas a Receber (b)	242.302,28	0,00	252.347,97	0,00
Títulos e Créditos a Receber (c)	697.459,33	0,00	490.694,66	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	0,00	373.914,86	0,00	352.192,41
TOTAL	2.360.474,51	373.914,86	1.882.559,75	352.192,41

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCO SICOOB**, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas Convênios a Receber de Cartões (R\$ 242.302,28);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 697.459,33);

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Depósito Judicial de Recursos Trabalhistas (R\$ 373.914,86).

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados		(1.131.544,05)		(797.059,35)
TOTAL	(1.131.544,05)		(797.059,35)	

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
E 30% Normal	2.737,29	2.737,29	(821,19)	119.663,79	(35.899,14)
E 30% Vencidas	197.950,99	197.950,99	(59.385,30)	218.080,45	(65.424,49)
F 50% Normal	0,00	0,00	0,00	10.928,03	(5.464,02)
F 50% Vencidas	178.104,45	178.104,45	(89.052,23)	184.388,26	(92.194,13)
G 70% Normal	0,00	0,00	0,00	1.219,40	(853,58)
G 70% Vencidas	198.783,73	198.783,73	(139.148,61)	26.710,66	(18.697,46)
H 100% Normal	0,00	0,00	0,00	3.229,80	(3.229,80)
H 100% Vencidas	843.136,73	843.136,73	(843.136,73)	575.296,73	(575.296,73)
Total Normal	2.737,29	2.737,29	(821,19)	135.041,02	(45.446,54)
Total Vencidos	1.417.975,90	1.417.975,90	(1.130.722,86)	1.004.476,10	(751.612,81)
Total Geral	1.420.713,19	1.420.713,19	(1.131.544,05)	1.139.517,12	(797.059,35)
Provisões	(1.131.544,05)			(797.059,35)	
Total Líquido	289.169,14	289.169,14		342.457,77	

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

9. ATIVOS FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDOS

Em **31 de dezembro de 2022 e 2021**, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar			740.932,15	741.043,16
TOTAL			740.932,15	741.043,16

10. OUTROS ATIVOS

Em **31 de dezembro de 2022 e 2021**, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais			68.696,31	85.377,93
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta			51.139,68	163.893,36
Devedores Diversos – País (a)			550.420,78	484.225,43
Despesas Antecipadas – (b)			315.572,02	459.760,37
TOTAL			985.828,79	1.193.257,09

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 546.741,55); Pendências a Regularizar – **BANCO SICOOB** (R\$ 34,25); e outros (R\$ 3.644,98);

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros (R\$ 90.042,52), Vale Refeição e Alimentação (R\$ 210.520,06) e outros (R\$ 15.009,44).

11. INVESTIMENTOS

Em **31 de dezembro de 2021**, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)			0,00	17.906.111,73
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito			0,00	19.911,27
Outras Participações			0,00	1.055,54
TOTAL			0,00	17.927.078,54

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

(a) O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP**. O aumento do saldo de investimento de capital na Cecresp refere-se aprovação de capitalização, com objetivo de fortalecimento da central, conforme aprovado em AGE em 2022.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

12. IMOBILIZADO DE USO

Em **31 de dezembro de 2022 e 2021**, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso (a)		2.243.413,87	1.067.865,94
Terrenos		1.510.991,95	1.611.748,88
Edificações	4%	5.804.735,87	5.892.478,94
Instalações	10%	2.965.326,14	2.262.387,82
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.182.891,33	2.209.123,04
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.006.677,58	1.975.327,76
Sistema de Segurança	10%	167.118,14	188.297,31
Sistema de Transporte	20%	241.238,25	241.238,25
Total de Imobilizado de Uso		17.122.393,13	15.448.467,94
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(3.789.940,82)	(3.592.830,78)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.168.728,17)	(1.071.604,44)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(3.497.931,28)	(3.673.295,94)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(241.238,25)	(226.764,10)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(8.697.838,52)	(8.564.495,26)
TOTAL		8.424.554,61	6.883.972,68

(a) a variação de 2021 para 2022 trata-se, basicamente, de reformas dos pontos de atendimento, para padronização dentro do modelo Sicoob. As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13. INTANGÍVEL

Em **31 de dezembro de 2022 e 2021**, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Direitos Relativos A Carteiras De Clientes	79.670,00	79.670,00
Sistemas De Processamento De Dados	1.247.490,81	796.335,62
Sistemas De Comunicação E De Segurança	94.645,89	100.303,34
Outros Ativos Intangíveis	6.684,88	733.015,67
Intangível	1.428.491,58	1.709.324,63
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(617.486,35)	(1.200.719,90)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(617.486,35)	(1.200.719,90)
TOTAL	811.005,23	508.604,73

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

14. DEPÓSITOS

Em **31 de dezembro de 2022 e 2021**, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	8.917.076,89	0,00	9.433.405,67	0,00
Depósito a Prazo (b)	98.913.459,28	11.514.115,97	105.486.724,18	319.694,83
TOTAL	107.830.536,17	11.514.115,97	114.920.129,85	319.694,83

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou prefixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações prefixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	4.970.667,74	4,36%	19.271.950,20	17,03%
10 Maiores Depositantes	33.905.067,62	29,72%	47.167.032,72	41,68%
50 Maiores Depositantes	65.026.815,22	57,00%	72.749.658,16	64,28%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos a Prazo	(7.751.515,21)	(13.513.736,75)	(4.821.780,31)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(181,54)	(1.634,51)	(584,87)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(88.180,33)	(175.208,32)	(182.951,86)
TOTAL	(7.839.877,08)	(13.690.579,58)	(5.005.317,04)

15. RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em **31 de dezembro de 2022 e 2021**, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Obrigações Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	0,00	25.584,87
TOTAL	0,00	25.584,87

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

16. REPASSES INTERFINANCIEROS / OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em **31 de dezembro de 2022 e 2021**, estavam assim compostos:

a) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
			Circulante	Circulante
Cooperativa Central	CDI	27/06/2023	1.736.570,22	2.724.289,31
Cooperativa Central	CDI	27/03/2023	2.000.000,00	0,00
Banco Sicoob	1,14% a.m.	10/09/2026	7.688.338,62	9.721.011,87
Banco Sicoob	1,14% a.m.	13/10/2026	7.859.190,57	9.891.555,93
Banco Sicoob	1,14% a.m.	25/11/2026	7.984.158,85	10.000.000,00
Banco Sicoob	1,14% a.m.	25/01/2027	8.323.910,28	0,00
Banco Sicoob	1,14% a.m.	25/02/2027	7.389.593,83	0,00
Banco Sicoob	1,18% a.m.	25/06/2027	13.760.849,16	0,00
Banco Sicoob	1,19% a.m.	29/05/2023	2.500.000,00	0,00
TOTAL			59.242.611,53	32.336.857,11

b) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(4.001.046,57)	(6.670.864,88)	(285.619,14)
Cooperativa Central	(253.148,05)	(253.148,05)	(52.758,23)
TOTAL	(4.254.194,62)	(6.924.012,93)	(338.377,37)

17. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em **31 de dezembro de 2022 e 2021**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	479.465,19	339.067,13
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	17.741,89	49.711,41
TOTAL	497.207,08	388.778,54

(a) Em Obrigações por aquisição de Bens e Direitos temos registrados os valores com Fornecedores (R\$ 58.113,07) e Contas Pagar de prestações de serviços e aquisição de bens (R\$ 421.352,12);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito IOF (R\$ 17.493,79); e outros (R\$ 248,10).

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A **SICOOB COOPMIL** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2022 e 2021**, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

19. PROVISÕES

Em **31 de dezembro de 2022 e 2021**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	469.953,62	17.845,28	433.006,48	8.008,45
Provisão Para Contingências	737.597,39	0,00	226.189,17	0,00
TOTAL	1.207.551,01	17.845,28	659.195,65	8.008,45

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	15.429.420,54	13.480.380,84
TOTAL	15.429.420,54	13.480.380,84

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021		
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	0,00	373.914,86	113.541,43	352.192,41
Cíveis	737.597,39	0,00	112.647,74	0,00
TOTAL	737.597,39	373.914,86	226.189,17	352.192,41

Segundo a assessoria jurídica da **SICOOB COOPMIL**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 7.957.236,76, sendo ações de processos trabalhistas de R\$ 234.075,85 e cíveis de R\$ 7.723.160,91.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDAS

Em **31 de dezembro de 2022 e 2021**, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/ Lucros	287.265,40	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	76.136,15	61.764,85
Impostos e Contribuições sobre Salários	174.251,86	546.955,61
Outros	39.761,83	18.306,21
TOTAL	577.415,24	627.026,67

21. OUTROS PASSIVOS

Em **31 de dezembro de 2022 e 2021**, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Transações	31/12/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Sociais e Estatutárias (c)	4.063.411,68	6.518.493,01
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	29,81	1.909,57
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (a)	2.172.042,21	2.440.193,35
Credores Diversos - País (b)	1.473.224,36	1.318.258,41
TOTAL	7.708.708,06	10.278.854,34

(a) Refere-se a provisão a pagar de despesa de pessoal (R\$ 2.081.106,44), seguro prestamista (R\$ 39.448,48) e provisão de despesa de cartões (R\$ 51.487,29);

(b) Refere-se a pendências a regularizar (R\$ 399.389,37), pendências Banco do Brasil (R\$ 376.711,19), pendências Banco Sicoob (R\$ 87.591,87) e outros (R\$ 3.040,63).

21.1 Sociais e Estatutárias

(c) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutários, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Sobras Líquidas a Distribuir	188.260,96	188.260,96
Cotas de Capital a Pagar (c.1)	3.875.150,72	6.330.232,05
TOTAL	4.063.411,68	6.518.493,01

(c.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No ano de **2022**, a Cooperativa reduziu seu capital social no montante de **R\$ 9.787.166,64**.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	96.375.580,07	106.162.746,71
Associados	32.993	31.317

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 2022 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 2.433.003,70.

c) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2022 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, as perdas acumuladas do exercício findo em **31 de dezembro de 2021** no montante de R\$ 3.212.125,30, foi aprovada a utilização da Reserva Legal para absorção das perdas.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra/Perdas líquida do exercício	(17.191.388,08)	(4.057.934,18)
(-) Reversão do Fundo de Reserva	0,00	0,00
(-) Reversão dos dispêndios de FATES	0,00	319.741,35
(-) Reversão de reserva de expansão	0,00	526.067,53
(+) Reversão/Realização de Reservas	0,00	0,00
Sobra/Perdas à disposição da Assembleia Geral	(17.191.388,08)	(3.212.125,30)

23. JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO

A Cooperativa não pagou juros ao capital próprio aos seus cooperados, devido saldo negativo para o exercício findo de 2022. Os critérios para o não pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

Demonstrações Contábeis
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

24. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	22.646,53	45.072,56	19.910,39
Rendas de Empréstimos	19.804.187,76	38.542.918,39	34.182.224,50
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.286,88	3.128,06	0,00
Rendas de Financiamentos	48.171,47	82.462,45	35.273,49
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	993,13	2.102,07	1.002,37
Rendas de Créditos Por Avais e Fianças Honrados	0,00	18,00	0,00
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	3.092.619,75	6.481.228,53	11.706.979,78
TOTAL	22.969.905,52	45.156.930,06	45.945.390,53

25. DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Captação	(7.839.877,08)	(13.690.579,58)	(5.005.317,04)
Despesas de Obrigações Por Empréstimos e Repasses	(4.254.194,62)	(6.924.012,93)	(338.377,37)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	3.118.563,40	6.162.755,19	6.140.046,12
Reversões de Provisões para Outros Créditos	74.617,59	219.404,17	162.406,54
Provisões para Operações de Crédito	(7.094.753,41)	(14.857.007,81)	(13.429.065,82)
Provisões para Outros Créditos	(939.013,12)	(1.594.565,75)	(1.096.652,16)
TOTAL	(16.934.657,24)	(30.684.006,71)	(13.566.959,73)

26. INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	22.057,86	42.810,28	33.112,49
Rendas de Convênios	54.669,63	108.874,48	206.303,40
Rendas de Comissão	709.203,18	1.414.726,88	362.856,24
Rendas de Cartões	239.643,00	456.588,26	504.069,07
Rendas de Outros Serviços	44.332,91	87.639,64	55.807,75
TOTAL	1.069.906,58	2.110.639,54	1.162.148,95

27. RENDAS DE TARIFAS

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.263.585,07	2.484.640,12	2.880.422,72
Rendas de Serviços Prioritários - PF	104.998,53	208.615,51	252.856,77
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	814,52	3.832,67	77,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	94.251,56	170.641,80	95.370,33
TOTAL	1.463.649,68	2.867.730,10	3.228.726,82

Demonstrações Contábeis
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

28. DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(95.936,07)	(205.049,67)	(189.120,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.054.340,42)	(2.184.957,47)	(2.178.353,57)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.741.341,77)	(5.253.697,29)	(4.508.234,39)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.009.802,12)	(4.162.768,49)	(3.930.218,68)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.590.805,63)	(10.999.236,73)	(10.510.432,44)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(1.596,00)	(1.596,00)	0,00
TOTAL	(11.493.822,01)	(22.807.305,65)	(21.316.359,08)

29. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(150.995,15)	(357.945,82)	(263.930,33)
Despesas de Aluguéis	(770.094,80)	(1.451.971,92)	(1.357.252,18)
Despesas de Arrendamento de Bens	(45.495,16)	(93.472,68)	(79.053,89)
Despesas de Comunicações	(659.267,04)	(1.421.303,49)	(1.388.158,66)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(674.168,71)	(1.243.966,68)	(1.321.437,46)
Despesas de Material	(226.364,77)	(441.323,28)	(248.060,80)
Despesas de Processamento de Dados	(2.765.588,27)	(5.703.011,47)	(4.689.014,27)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(22.370,76)	(67.883,87)	(131.512,27)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(11.064,70)	(23.010,63)	(19.415,63)
Despesas de Publicações	(8.680,00)	(14.650,00)	(21.476,20)
Despesas de Seguros	(55.939,63)	(112.605,00)	(83.573,52)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.259.066,45)	(2.681.086,83)	(3.316.569,07)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.171.202,26)	(2.323.691,94)	(1.543.996,15)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(331.697,87)	(609.240,43)	(537.239,92)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(677.389,98)	(1.364.442,90)	(1.165.208,31)
Despesas de Transporte	(113.723,59)	(244.442,81)	(182.686,40)
Despesas de Viagem no País	(77.882,99)	(135.295,63)	(138.015,63)
Despesas de Amortização	(119.279,65)	(198.900,97)	(140.137,62)
Despesas de Depreciação	(319.910,97)	(611.089,78)	(574.611,93)
Outras Despesas Administrativas	(1.115.529,70)	(2.559.558,12)	(2.682.947,12)
TOTAL	(10.575.712,45)	(21.658.894,25)	(19.884.297,36)

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

30. DISPÊNDIOS E DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(107.291,23)	(234.909,27)	(210.777,84)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(40.072,01)	(79.529,83)	(31.536,70)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(37.556,97)	(74.194,96)	(40.965,03)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(57.395,52)	(116.530,53)	(104.261,03)
TOTAL	(242.315,73)	(505.164,59)	(387.540,60)

31. OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	51.501,64	87.865,11	435.388,76
Dividendos	0,00	3.295,35	720,59
Atualização depósitos judiciais	11.023,73	21.722,45	9.241,38
Outras rendas operacionais	3.778.581,78	5.420.037,75	3.384.920,12
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	1.080.059,48	2.231.442,32	2.458.610,43
TOTAL	4.921.166,63	7.764.362,98	6.288.881,28

32. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(657.485,81)	(1.315.547,94)	(1.920.466,12)
Outras Despesas Operacionais	(238.051,42)	(1.084.911,34)	(1.335.377,83)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(580.792,94)	(1.041.271,87)	(1.620.307,74)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(6.960,18)	(29.233,23)	(15.919,18)
Perdas - Fraudes Externas	(17.573,25)	(17.573,25)	0,00
Perdas - Práticas Inadequadas	(182.855,03)	(321.186,56)	(237.577,78)
Perdas - Danos a Ativos Físicos	0,00	(5.600,00)	0,00
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(469.458,48)	(814.180,46)	(553.388,94)
TOTAL	(2.153.177,11)	(4.629.504,65)	(5.683.037,59)

33. DESPESAS COM PROVISÕES

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(14.213,16)	93.613,40	(93.784,66)
Provisões para Garantias Prestadas	(332.697,62)	(519.920,08)	(590.796,13)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	318.484,46	613.533,48	497.011,47
TOTAL	(14.213,16)	93.613,40	(93.784,66)

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

34. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Lucro em Transações com Outros Valores de Bens	118.211,63	118.211,63	0,00
Ganhos de Capital	295.621,07	984.286,85	675.675,64
(-) Prejuízos em Transações com Outros Valores de Bens	(9.602,36)	(13.736,95)	(3.331,41)
(-) Perdas de Capital	0,00	(2.384,05)	0,00
TOTAL	404.230,34	1.086.377,48	672.344,23

35. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de **31 de dezembro de 2022 e 2021**.

36. PARTES RELACIONADAS

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

36.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas no período:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Montante das Operações Passivas	5.259.216,55	5,03%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022

Aplicações Financeiras	5,03%
------------------------	-------

b) Operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em **31 de dezembro de 2022**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	1.595,91	7,98	0,06%

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	47.421,38	0,55%	0%
Depósitos a Prazo	6.422.680,43	5,81%	1,19%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Médias Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m.)
Aplicação Financeira - Prefixada	1,12%	16,51
Aplicação Financeira - Pós-fixada (% CDI)	108,61%	114,71

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	87.980,46	110.306,01

e) Nos períodos findos **em 31 de dezembro de 2022 e 2021**, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(206.536,35)	(429.367,12)	(399.136,05)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.054.340,42)	(2.184.957,47)	(2.178.353,57)
F.G.T.S. Diretoria	(76.497,34)	(157.828,77)	(145.369,64)
TOTAL	(1.337.374,11)	(2.772.153,36)	(2.722.859,26)

f) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2022	31/12/2021
161.049,61	200.193,65

37. COOPERATIVA CENTRAL

A **SICOOB COOPMIL**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada ao **SICOOB CENTRAL CECRESP**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECRESP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A **SICOOB COOPMIL** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECRESP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CECRESP**:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	4.073.504,62	12.481.876,61
Ativo - Investimentos	21.328.282,37	17.906.111,73
Total das Operações Ativas	25.401.786,99	30.387.988,34
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.736.570,22	2.724.289,31
Total de Operações Passivas	3.736.570,22	2.724.289,31

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CECRESP**:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rateio de Despesas da Central	(558.981,31)	(1.241.646,27)	(1.136.353,98)
Total das Despesas	(558.981,31)	(1.241.646,27)	(1.136.353,98)

38. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	93.915.631,36	123.944.732,71
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	284.396.981,29	290.566.209,24
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	29,66%	35,75%
Imobilizado para cálculo do limite	8.424.554,61	6.885.028,22
Índice de imobilização (limite 50%) %	8,97%	5,55%

39. GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS. O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

39.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

39.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

39.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.
- c) O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.
- d) Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).
- e) Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:
- f) a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- g) b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.
- h) O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:
- i) a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- j) b) os limites máximos do risco de mercado;

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

39.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

39.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

39.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na *Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob*, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

39.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD). Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

40. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

41. PLANO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO CONTÁBIL ESTABELECIDA NA RESOLUÇÃO CMN N° 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN n° 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN n° 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 - Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 - Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 - Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 - Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

42. PLANO DE RECUPERAÇÃO DE RESULTADO DA COOPERATIVA

No Plano de Recuperação de Resultados da Cooperativa, aprovado pelo Conselho de Administração, em setembro de 2022, foram elaboradas ações para buscar o equilíbrio da situação econômica-financeira da Singular, como redução nas despesas administrativas em 12% em 36 meses; garantir o aumento da receita total oriundo da carteira de crédito, aplicando revisão das taxas de juros para o aumento do spread e com a expansão do quadro social para prospectar novos associados, reduzindo o risco de concentração; manutenção das disponibilidades para garantir a liquidez, revisão das taxas de juros de captação; aumento das receitas com serviços em 12% e outras receitas operacionais em 8% em 36 meses, com o objetivo de alcançar a média da CECRESP de Índice de Eficiência Padrão (IEP) a 75%.

São Paulo/SP, 24 de fevereiro de 2023.

Cel PM Hudson Tabajara Camilli
Diretor-Presidente

Fernando Guglielmelli da Silva
Contador 251999/O-4

Balanço SOCIAL

Modelo Ibase - Instituto Brasileiro
de Análises Sociais e Econômicas
2022-2021

Balanço Social 2022-2021

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

Base de Cálculo	2021 (mil R\$)		2022 (mil R\$)	
Receita Líquida (RL)	35.132.574,05		18.869.568,00	
Resultado Operacional (RO)	-1.458.903,53		-17.988.568,52	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	22.179.172,16		24.647.467,24	
Indicadores Sociais Internos	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R\$)
Alimentação	2.666.961,96	12,00%	7,60%	3.060.201,29
Encargos sociais compulsórios	4.441.223,79	20,00%	12,60%	4.732.614,04
Previdência privada	0	0,00%	0,00%	0
Saúde	1.541.894,49	7,00%	4,40%	1.937.669,61
Segurança e saúde no trabalho	56.495,41	0,30%	0,20%	54.542,80
Educação	22.301,23	0,10%	0,10%	18.430,97
Cultura	0	0,00%	0,00%	0
Capacitação e desenvolvimento profissional	17.691,03	0,10%	0,10%	3.866,73
Creches ou auxílio-creche	117.645,58	0,50%	0,30%	144.400,10
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00%	0,00%	0
Outros	0	0,00%	0,00%	0
Total – Indicadores Sociais Internos	8.864.213,49	40,00%	25,20%	9.951.725,54
Indicadores Sociais Externos	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R\$)
Educação	6.500,00	0,00%	0,00%	0,00
Cultura	1.480,00	0,00%	0,00%	3.500,00
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0
Esporte	20.471,00	0,10%	0,10%	20.400,40
Combate à fome e segurança alimentar	18.949,05	0,10%	0,10%	15.973,98
Outros	770.513,01	3,50%	2,20%	755.642,78
Total das contribuições para a sociedade	817.913,06	3,70%	2,30%	795.517,16
Tributos (excluídos encargos sociais)	79.158,57	0,40%	0,20%	165.781,48
Total - Indicadores Sociais Externos	817.913,06	3,70%	2,30%	795.517,16
Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R\$)
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	558.737,61	2,50%	1,60%	393.025,90
Investimentos em programas e/ou Projetos externos	0	0,00%	0,00%	0
Total dos investimentos em meio ambiente	558.737,61	2,50%	1,60%	393.025,90
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		

Indicadores do Corpo Funcional	2021	2022
Nº de empregados ao final do período	168	148
Nº de admissões durante o período	35	39
Nº de desligamentos durante o período	32	57
Nº de empregados terceirizados	5	8
Nº de estagiários	0	0
Nº de aprendizes	5	5
Nº de empregados acima de 45 anos	18	22
Nº de mulheres que trabalham na empresa	113	98
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	55,0%	25,0%
Nº de negros, pardos ou índios que trabalham na empresa	41	40
% negros, pardos ou índios que ocupam cargos de chefia	3,6%	3,8%
Nº de portadores de deficiência ou necessidades especiais	4	3
Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial:	2021	2022
Diferença entre o menor salário pago pela empresa e o Salário Mínimo	304,01	61,36
Qual a diferença entre menor e maior salário (em número de vezes)	17	13
Nº total de acidentes de trabalho	0	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerências () todos os empregados	() direção (X) direção e gerências () todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências () todos os empregados (X) todos os empregados + Cipa	() direção e gerências () todos os empregados (X) todos os empregados + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências () todos os empregados (X) nenhum empregado	() direção () direção e gerências () todos os empregados (X) nenhum empregado
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências (X) todos os empregados	() direção () direção e gerências (X) todos os empregados

Balanço Social 2022-2021

Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em reais)

Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial:	2021	2022
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve (X) apoia () organiza e incentiva	() não se envolve (X) apoia () organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	Na empresa: 496 No Procon: 13 Na Justiça: 31	Na empresa: 399 No Procon: 9 Na Justiça: 50
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na empresa: 93,95% No Procon: 96,77%	Na empresa: 100% No Procon: 77,78%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	22.274.592,56	7.862.251,12
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	1,74% Governo 14,69% Associados 95,70% Colaboradores 6,09% Terceiros -18,22% Retido	10,08% Governo 0,02% Associados 290,09% Colaboradores 18,47% Terceiros -218,66% Retido

Outras Informações

A Sicoob COOPMIL não utiliza e não promove em suas atividades o uso de mão de obra infantil ou trabalho escravo, o envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa cooperativa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: e-mail: coopmil@coopmil.coop.br

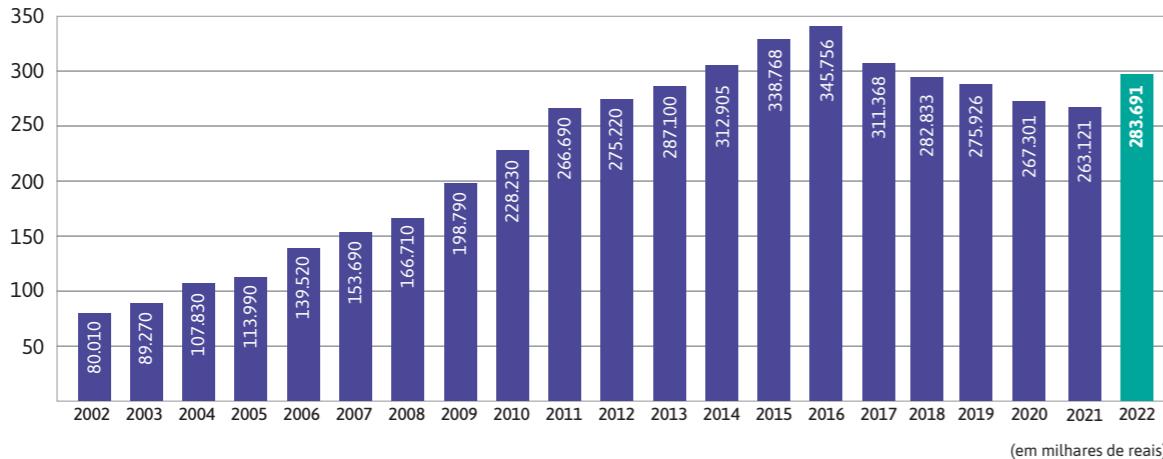
Obs.: De acordo com a metodologia do Ibase, o total do número de empregados não considera os afastados.

Evolução ECONÔMICA

Conheça os gráficos que demonstram nossa Evolução Econômica e Social.

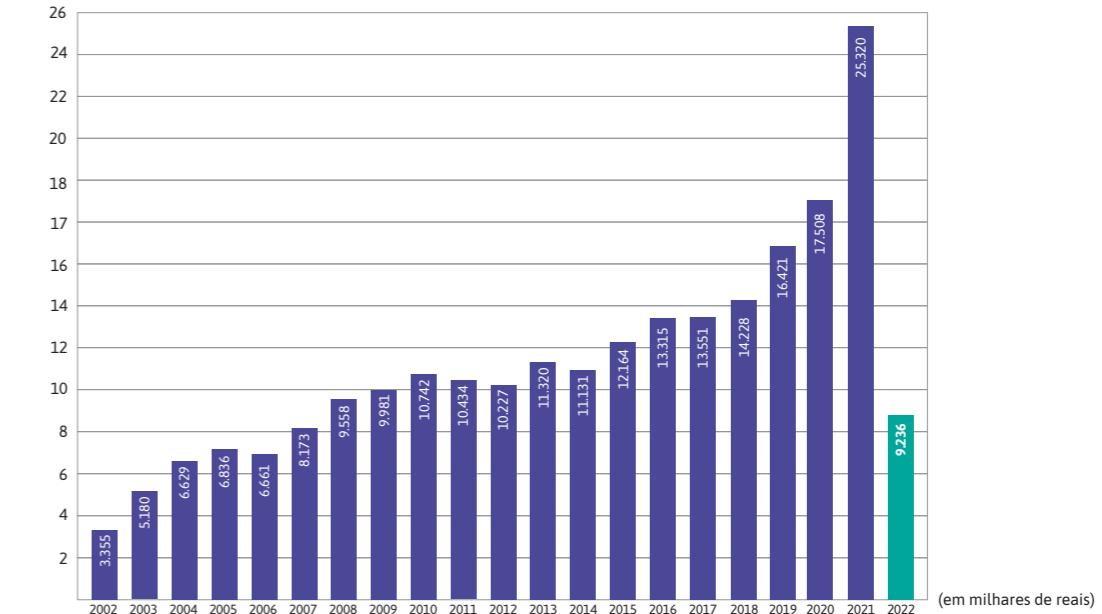
ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Demonstra a soma do “ativo circulante” com o “realizável a longo prazo”: bens e direitos que podem ser convertidos em dinheiro em curto prazo (AC) e em mais do que um exercício contábil (RELP), como por exemplo a Carteira de Empréstimos.



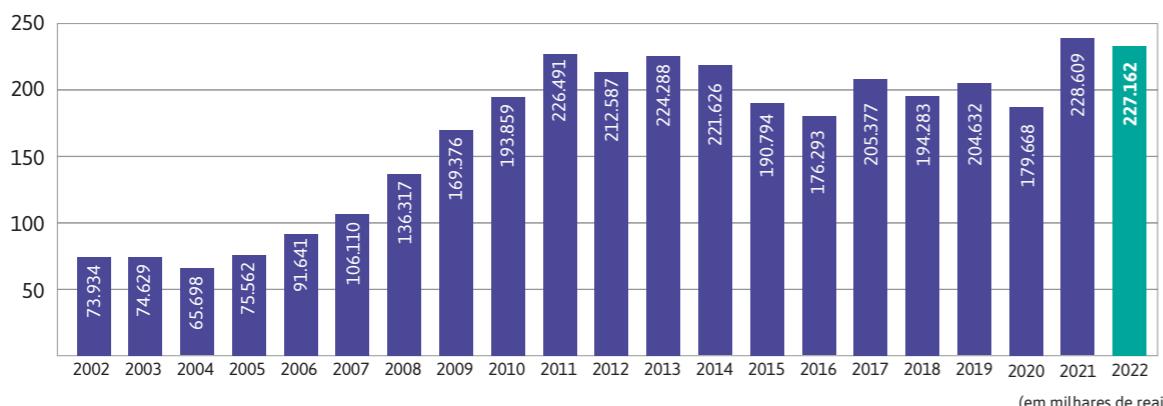
PERMANENTE

Representa as ações e cotas do Sicoob Central Cecresp, ativo imobilizado e o intangível, como por exemplo: Participações, edificações, veículos, mobiliários, utensílios e equipamentos.



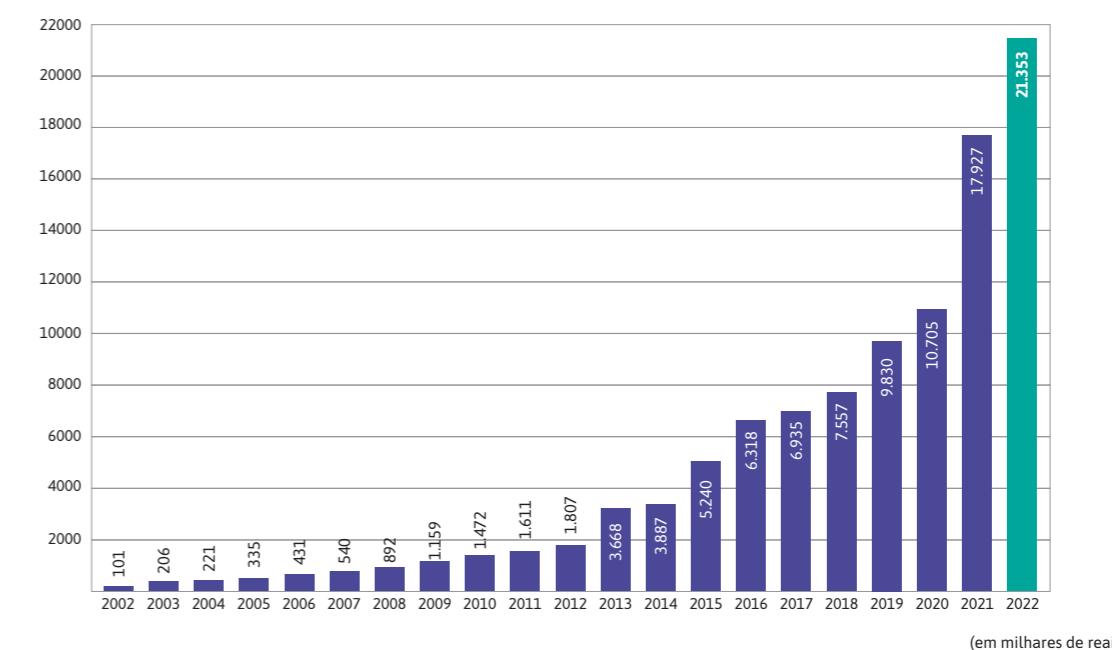
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Refere-se ao total da Carteira de Empréstimos liberados pela cooperativa.



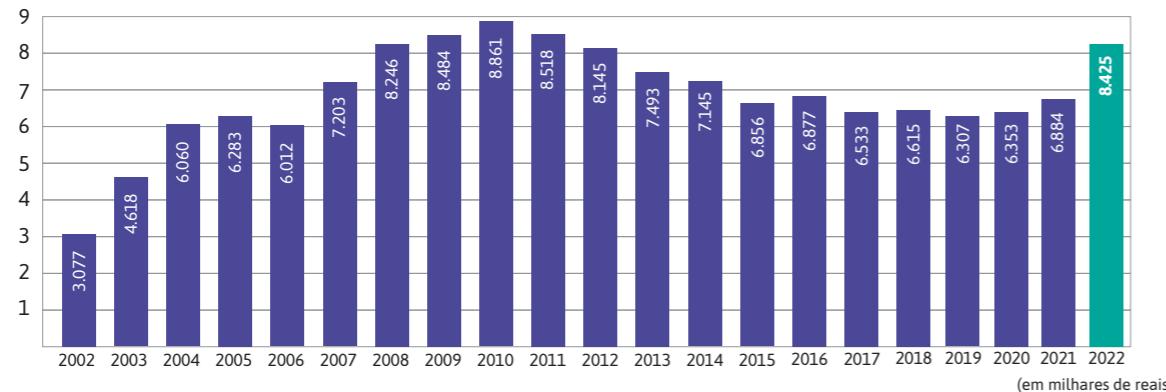
PERMANENTE - COTAS DA CECRESP E BANCOOB

Representa as ações e cotas que a cooperativa possui no Sicoob Central Cecresp e no Bancoob, integrando o Sistema de Cooperativas do Brasil – Sicoob.



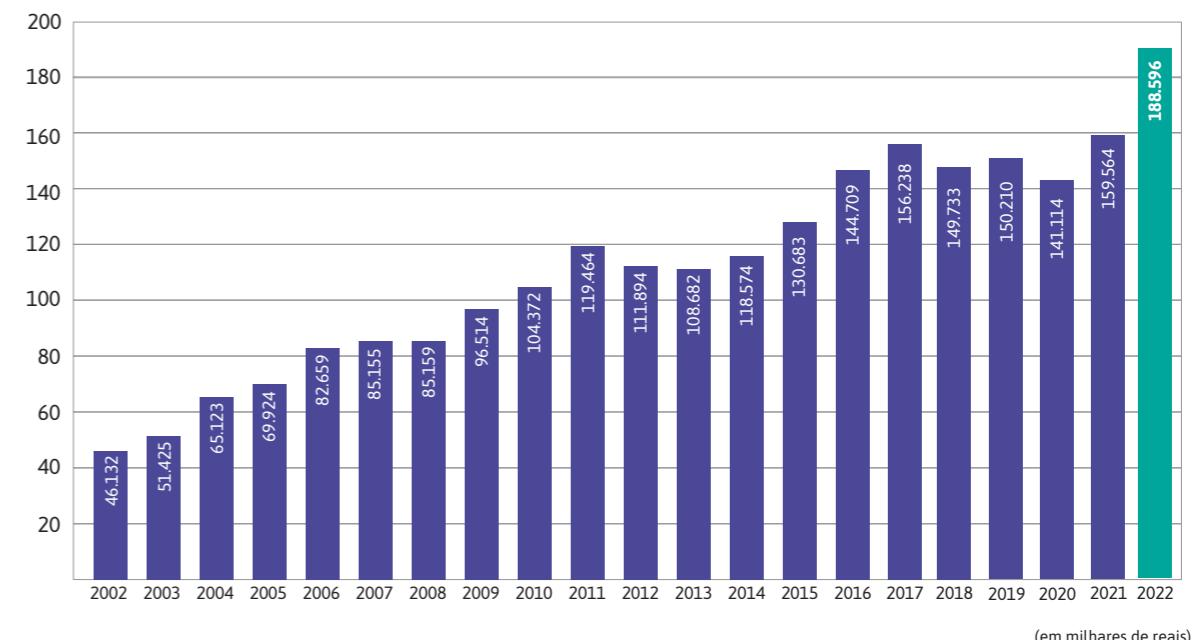
PERMANENTE - IMOBILIZADO DE USO

Registra as edificações, veículos, mobiliários, utensílios e equipamentos.



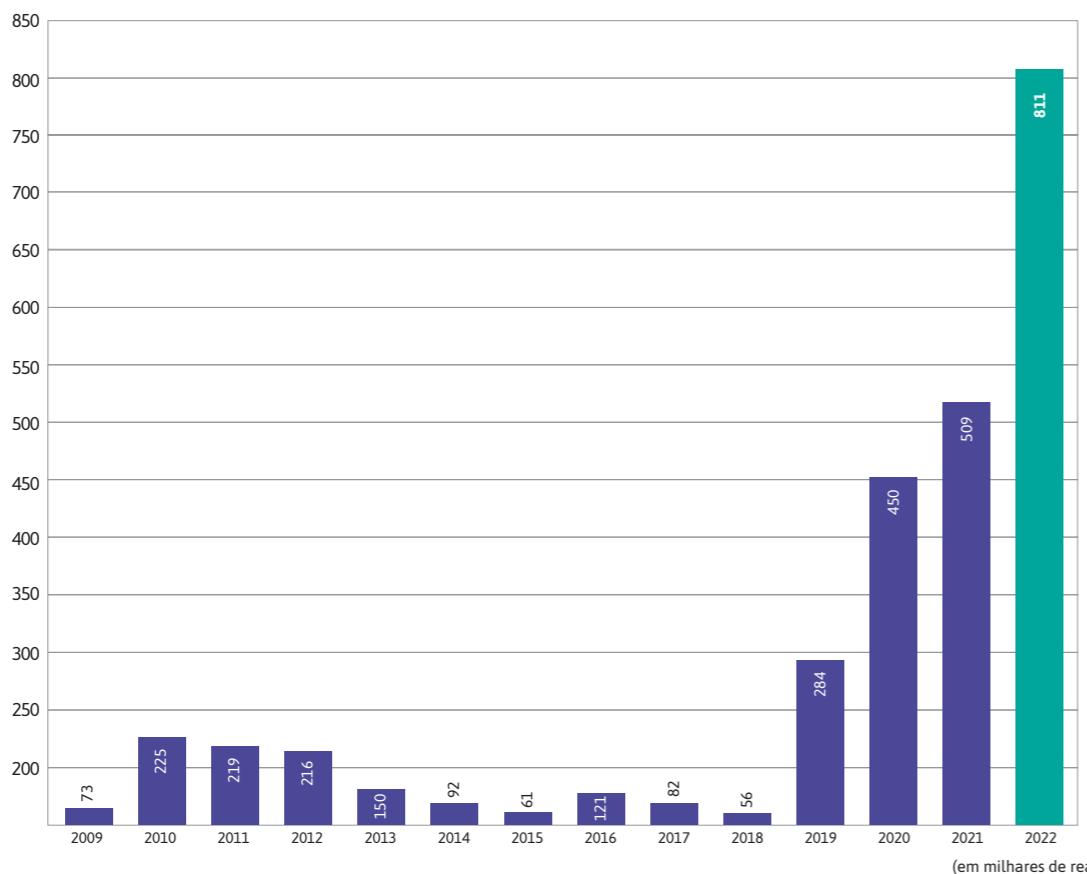
PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Trata-se das obrigações com terceiros como: aplicações em RDC, impostos a recolher, fornecedores a pagar, provisões de férias e 13º salário dos colaboradores, sendo compromissos liquidados no próprio exercício (PC) e após o exercício (EXLP).



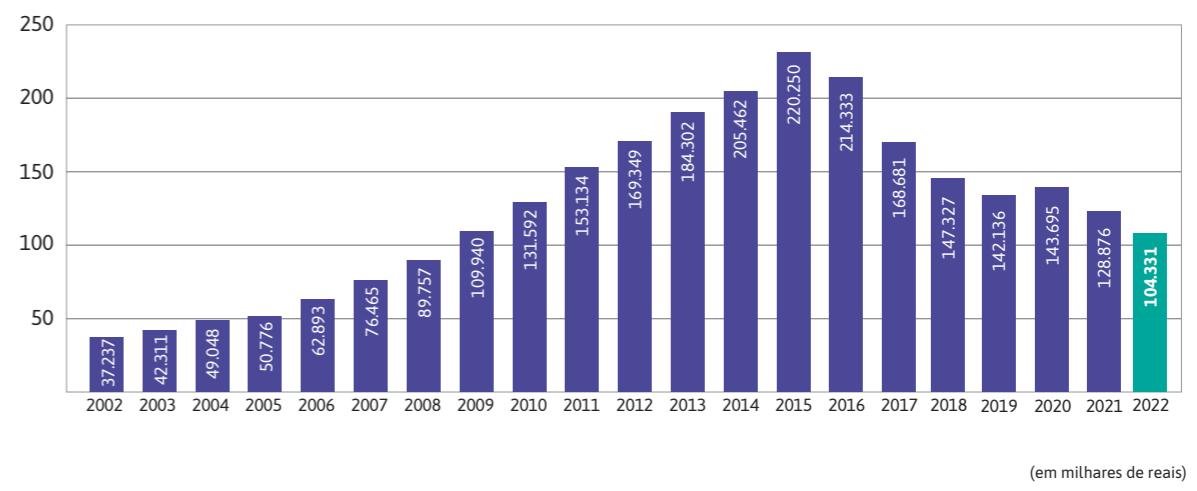
PERMANENTE - INTANGÍVEL

Contempla todos os softwares e licenças relativos à área de Tecnologia da Informação.



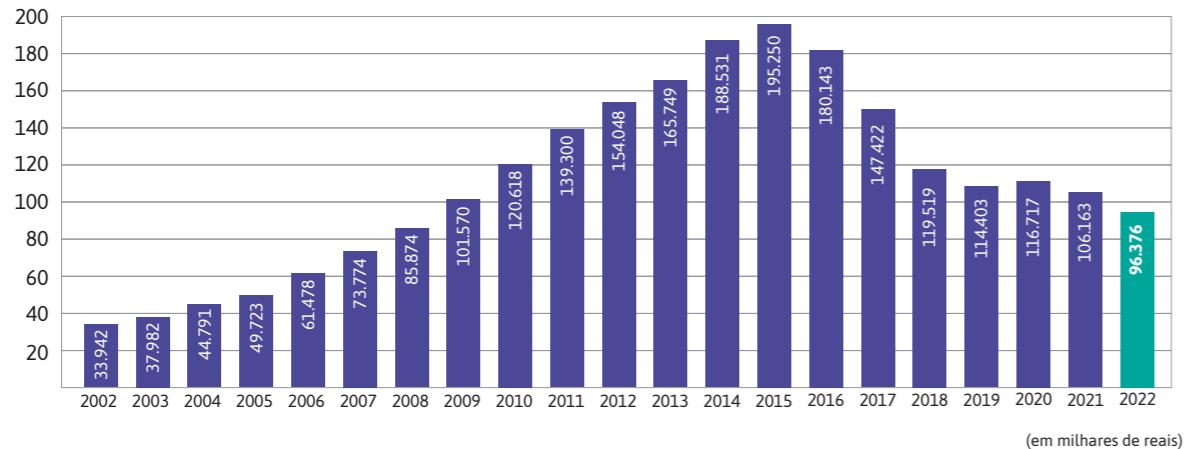
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representa o Capital Social e suas reservas (reserva legal, reserva de expansão e sobras ou perdas acumuladas).



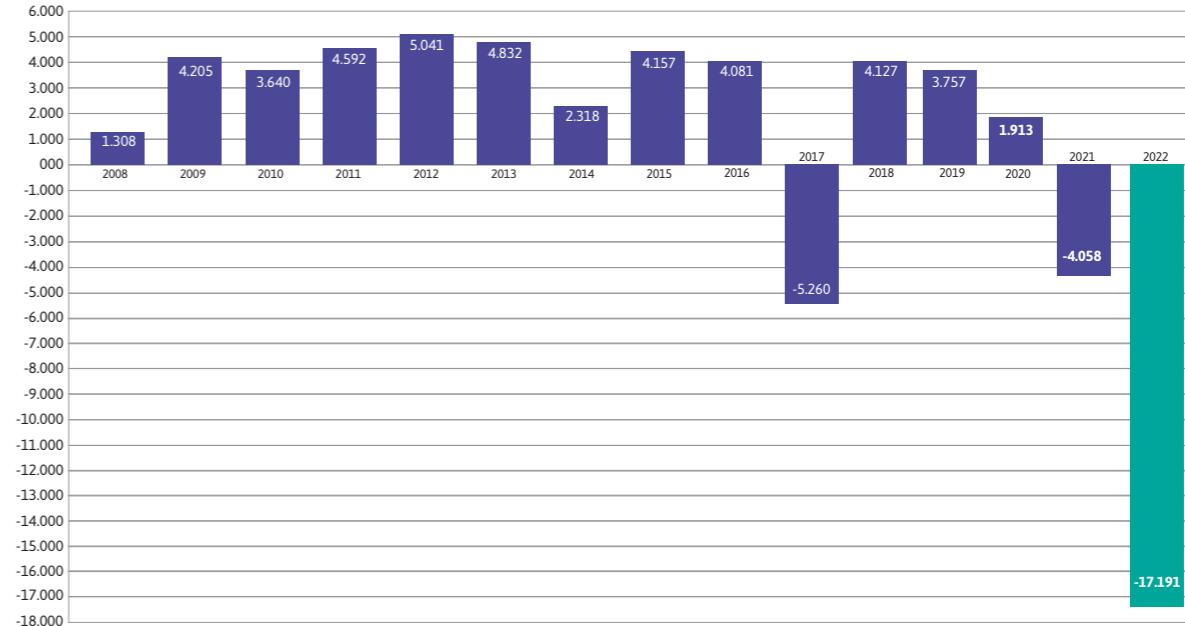
CAPITAL SOCIAL

Evidencia a composição do Capital pelas integralizações efetuadas pelos cooperados, formando, também, o Patrimônio Líquido.



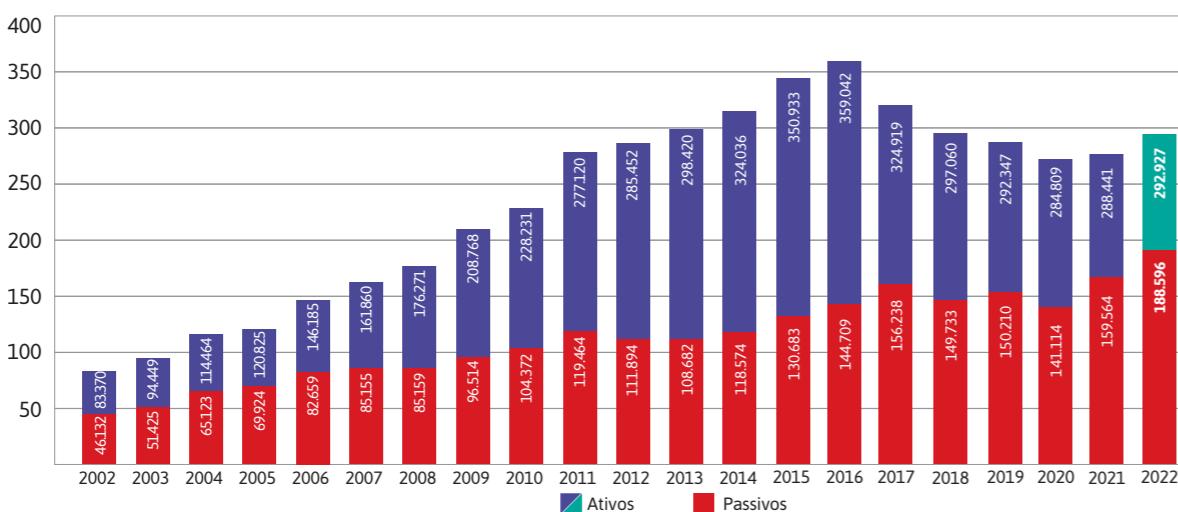
SOBRAS LÍQUIDAS

Refere-se ao resultado da diferença entre as receitas e as despesas.



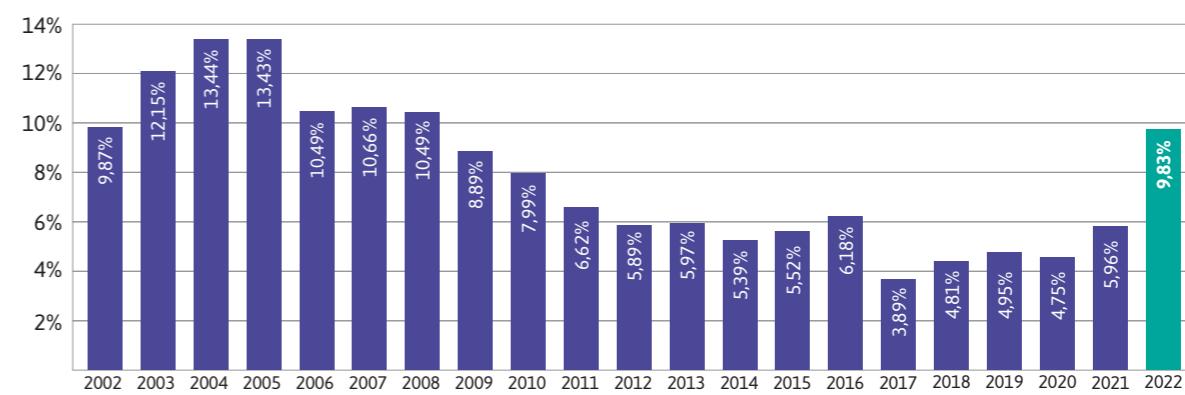
ATIVO TOTAL X PASSIVO TOTAL

Denota a diferença entre o Ativo (bens e direitos) e Passivo (obrigações contraídas), representando o Patrimônio Líquido.



ÍNDICE DE IMOBILIZAÇÃO

Representa quanto a cooperativa pode ter no seu ativo imobilizado (imóveis, móveis, automóveis, entre outros) em relação ao seu Patrimônio de Referência (Patrimônio Líquido somado às Receitas e deduzidas as Despesas).



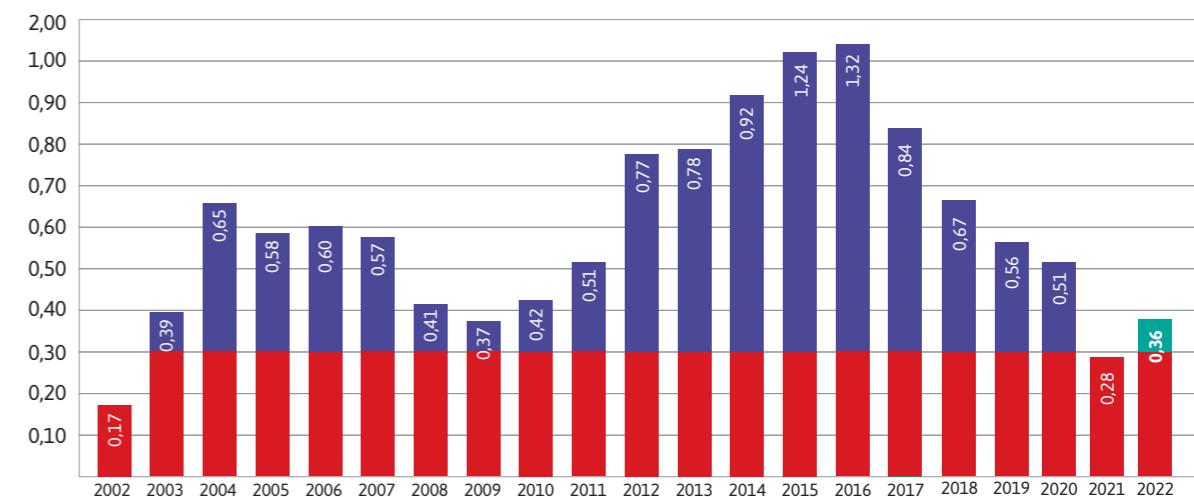
ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL

Demonstra quanto do total de ativos está sendo financiado por terceiros (PC/Ativos), ou seja, quanto do RDC financia o total de ativos.



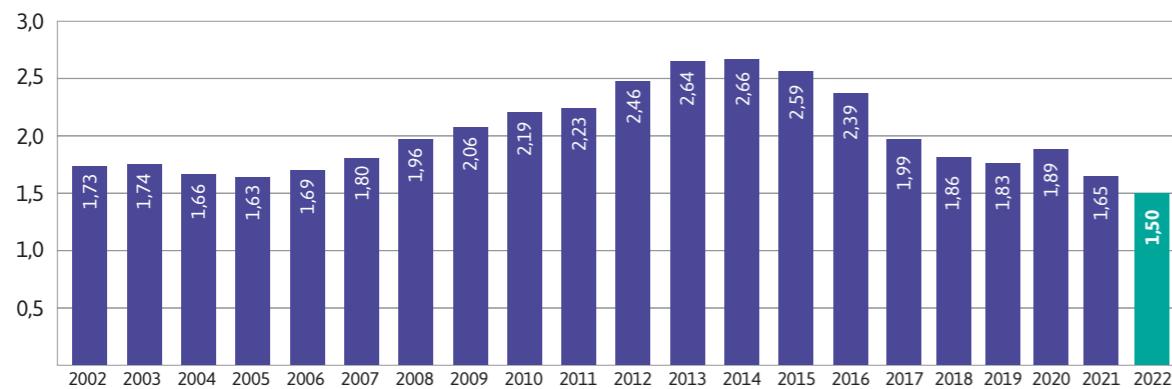
ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA

Também demonstra a capacidade de pagamento, ou seja, quantos reais temos para receber de imediato em comparação a cada R\$ 1,00 a pagar. O Sicoob Central Cecresp recomenda que o percentual mínimo seja de 0,30.



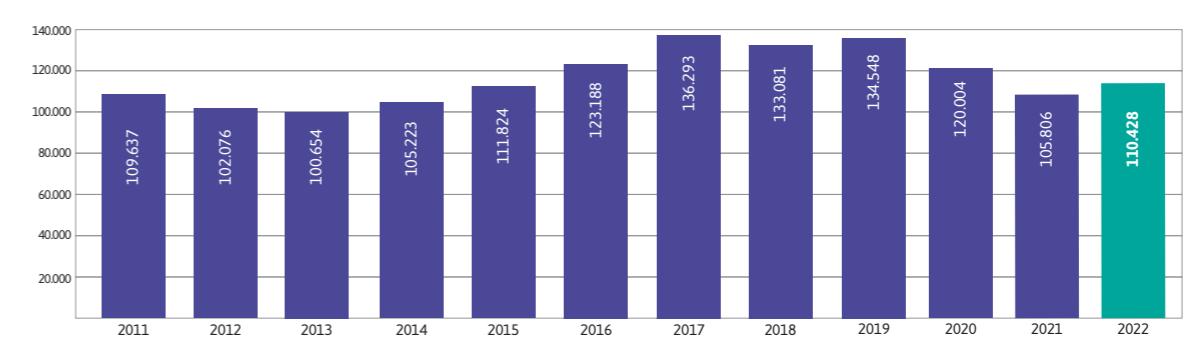
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Reflete a capacidade de arcar com os compromissos assumidos: quantos reais temos para receber em comparação a cada R\$ 1,00 a pagar (AC/PC).



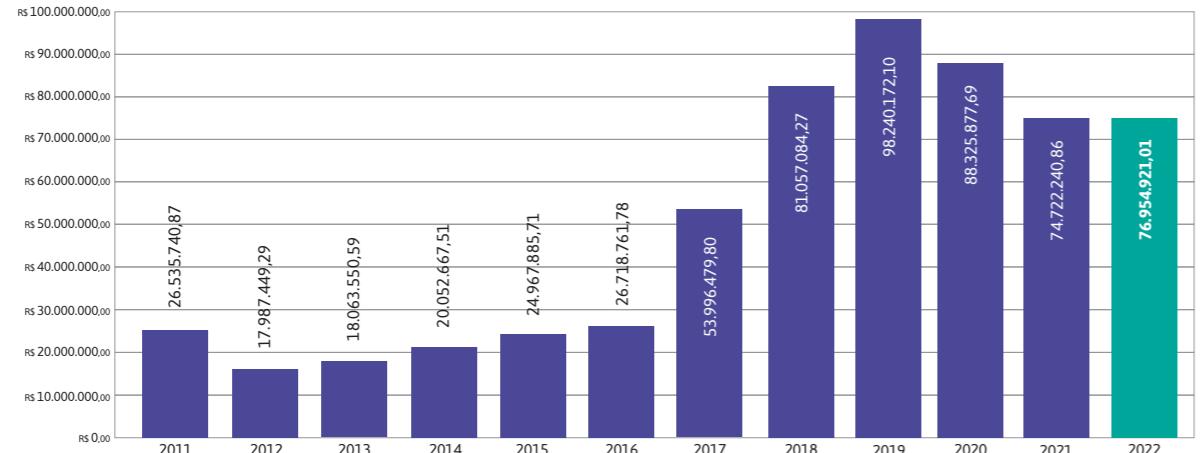
INVESTIMENTOS - RDC

Representa a evolução anual da carteira de investimentos da Sicoob COOPMIL.



INVESTIMENTOS RDC - VOLUME DAS APLICAÇÕES

Refere-se ao saldo total dos recursos aplicados na Sicoob COOPMIL em 2022.



TAXA DE REMUNERAÇÃO

Demonstra o desempenho da remuneração da aplicação RDC em face de outros produtos financeiros ofertados pelo mercado.

2021

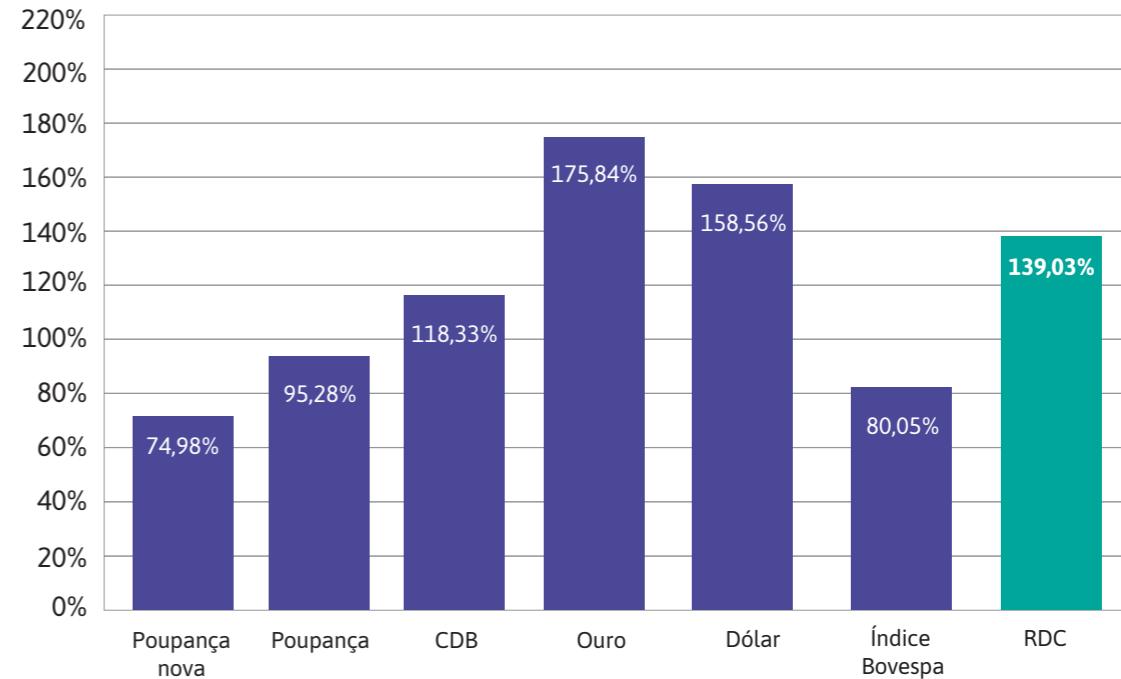


2022



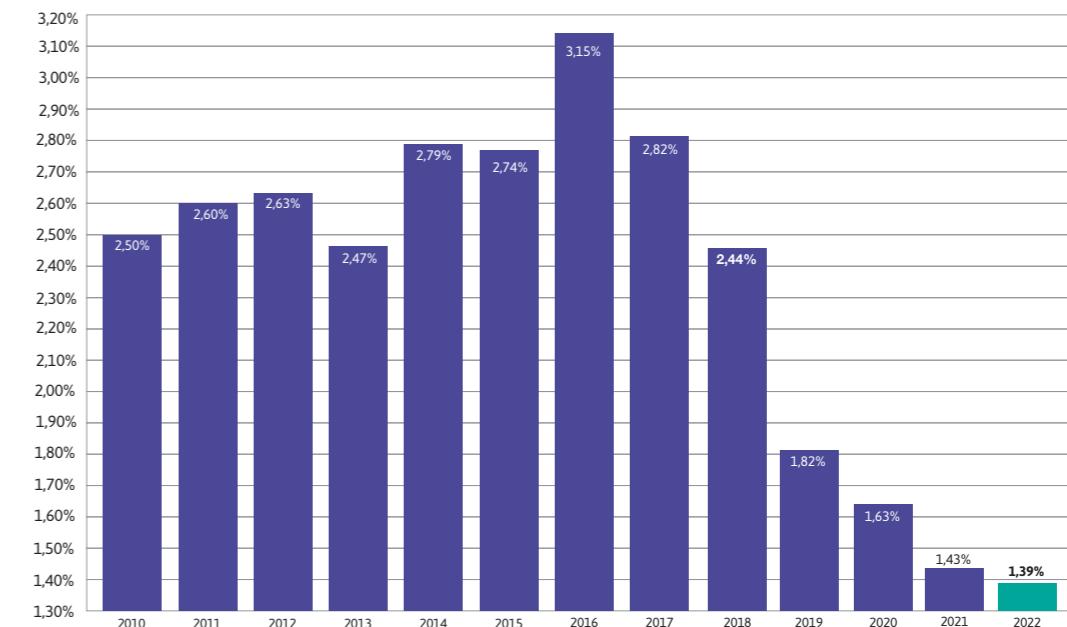
ACUMULADO 2013 A 2022

Demonstra o desempenho da remuneração da aplicação RDC, em face de outros produtos financeiros ofertados pelo mercado num período acumulado de 10 anos.



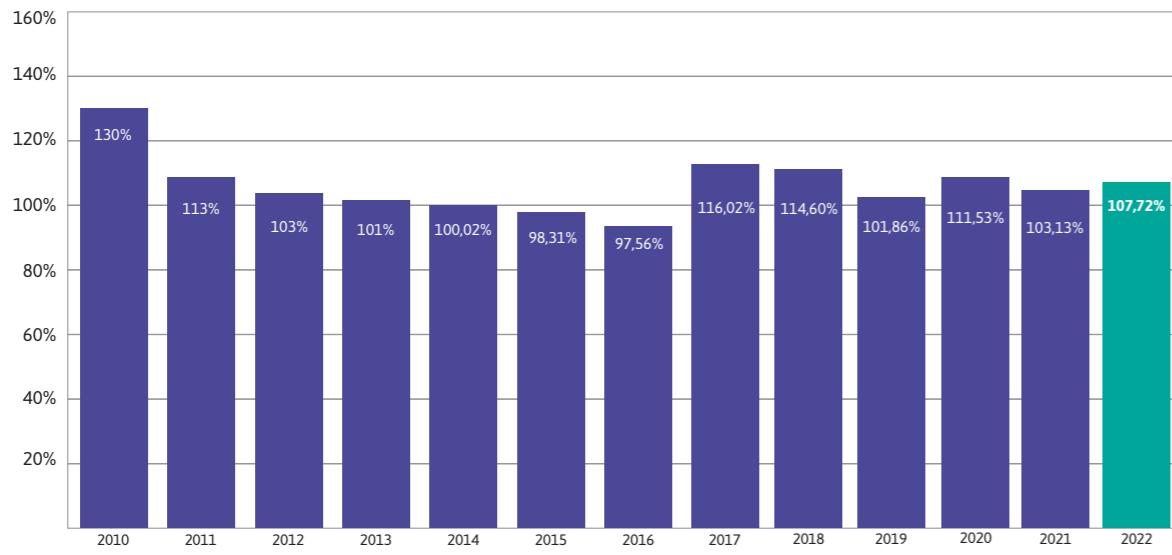
JUROS REAIS MÉDIOS CONTRATADOS

Trata-se dos juros reais médios contratados nas operações de empréstimo.



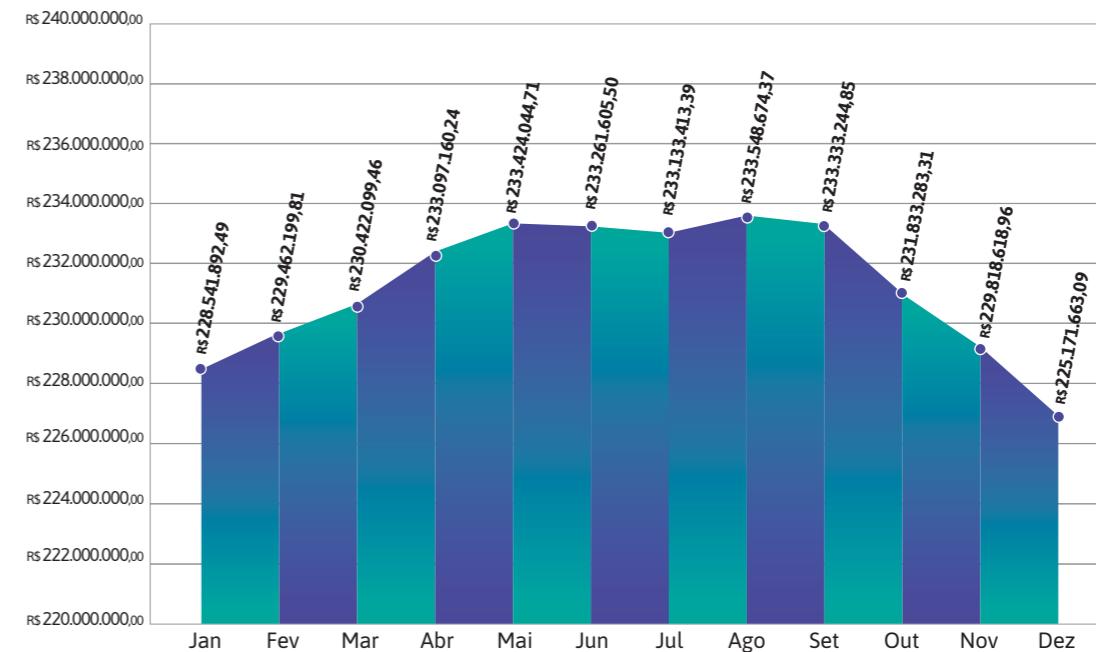
RENTABILIDADE MÉDIA CONTRATADA NAS APLICAÇÕES

Trata-se da rentabilidade média das aplicações de RDC.



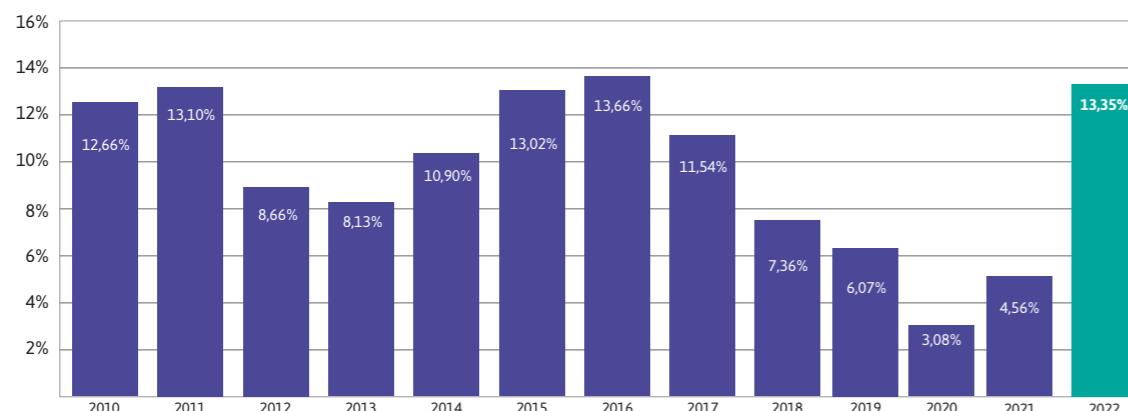
EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS

Denota o desempenho mês a mês da carteira de empréstimos da Sicoob COOPMIL.



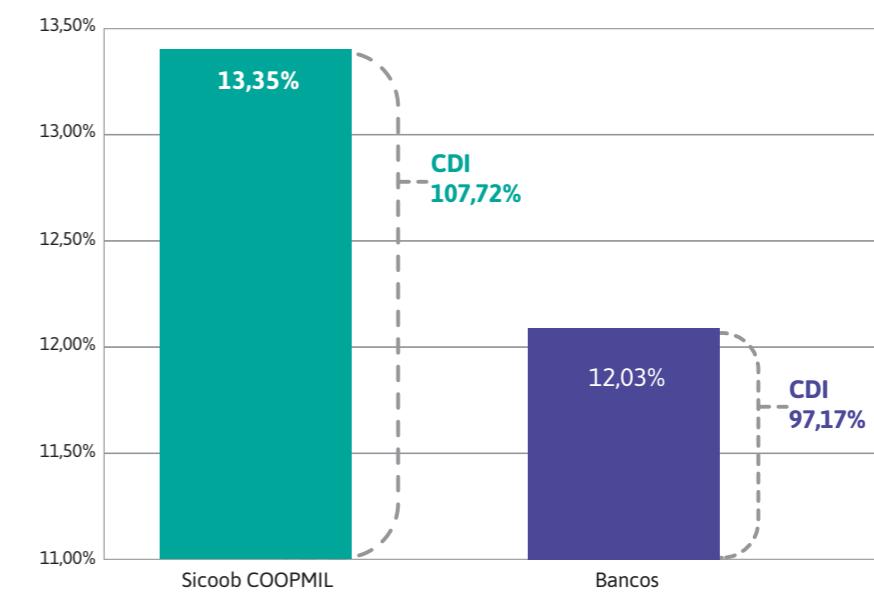
RENDIMENTO MÉDIO BRUTO CONTRATADO

Trata-se do rendimento médio bruto das aplicações de RDC.



REMUNERAÇÃO DE MERCADO X REMUNERAÇÃO SICOOB COOPMIL

Demonstra o quanto o mercado precisaria remunerar para igualar a remuneração paga pela Sicoob COOPMIL.



Relatório dos AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito Sicoob COOPMIL São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito - Sicoob COOPMIL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sicoob COOPMIL em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Relatório dos AUDITORES INDEPENDENTES



Parecer e Mensagem do CONSELHO FISCAL

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 24 de fevereiro de 2023.
Ronaldo Reimberg Lima
 Contador – CRC 1SP215393/O-1



O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Sicoob COOPMIL, em reunião ordinária realizada nesta data e em cumprimento às disposições do Estatuto Social, com base nas análises assíduas e minuciosas dos balancetes mensais da Cooperativa, bem como de suas operações e movimentações financeiras, procedeu ao exame do Balanço Geral de 2022, podendo reafirmar, nesta oportunidade, no que diz respeito à segurança e solidez do empreendimento, que a Sicoob COOPMIL cumpre as regras operacionais e as diretrizes de governança semelhantes às destinadas aos grandes bancos brasileiros.

Além disso a Sicoob COOPMIL está associada ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), fundo intersistêmico nacional para situações extremas em que tenha de garantir o pagamento dos depósitos dos associados, além de reunir capital e patrimônio suficientes para fazer frente aos riscos de suas operações, cumprindo assim as diretrizes internacionais de Basiléia.

O Conselho Fiscal registra que permaneceu à sua disposição para acesso, consulta e fiscalização toda a documentação contábil e aquelas referentes à gestão patrimonial e financeira da Cooperativa, além do Relatório dos Auditores Independentes que, ao final, opinaram favoravelmente sobre as demonstrações contábeis concluindo que apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sicoob COOPMIL em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Desse modo, apoiados pelas informações contidas nos diversos relatórios, que mês a mês foram adequadamente esmiuçados aos membros do Conselho Fiscal pelos competentes colaboradores profissionais das Gerências Administrativa, de Finanças, de Operações e Unidade de Controles Internos e Risco, que resultaram na elaboração do Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Resultado Abrangente e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, concluímos que tanto o balanço, quanto as demonstrações, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sicoob COOPMIL.

Por tudo que foi apresentado e devidamente fiscalizado por este Conselho Fiscal, sem que, em nenhum momento, houvesse qualquer interferência da Diretoria Executiva ou do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal emite, sem quaisquer restrições, este PARECER favorável à aprovação do Balanço Geral referente ao exercício de 2022, apresentado para discussão dos Senhores Delegados e Senhoras Delegadas na Assembleia Geral Ordinária de 2023.

São Paulo, 29 de março de 2023.

Ten Cel PM Ailton Soares
Coordenador

Cel PM Manoel Carlos Abissi Nogueira
Relator

Cel PM Marco Antônio Basso
Vogal

Mensagem do CONSELHO FISCAL



Senhores Delegados e Senhoras Delegadas,

Ao cumprimentá-los cordialmente peço licença para recordar a data de 27 de outubro de 2022, quando reunidos em Assembleia Geral tivemos a eleição da Chapa Mantendo o Rumo, constituída por Delegados e Delegadas representantes do Grupo Seccional 1 - Região Metropolitana de São Paulo e Litoral, Grupo Seccional 2 - Calha Norte e Grupo Seccional 3 - Calha Sul, que abarcam os seiscentos e quarenta e cinco municípios do Estado de São Paulo.

Ao ensejo da primeira Assembleia Geral deste ano, é nosso desejo sincero que todos os senhores e senhoras Delegados possam desfrutar pleno sucesso e paz em sua vida pessoal e que os integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, no decorrer de 2023, possam ser portadores de notícias alvissareiras, especialmente pelo fato de que ainda ecoa em nossos sentidos as lembranças desagradáveis da pandemia que assolou o planeta, além da guerra no Leste Europeu, entre outros inúmeros, embora menos notórios, conflitos de violência no mundo que insistem em não acabar.

Lembramos que nossa instituição foi fundada no ano de 1989 por um grupo de oficiais da Polícia Militar que, inspirados pelo cooperativismo, se reuniram buscando engendrar uma forma de promover ajuda financeira aos policiais militares e, para tanto, criaram a COOPMIL, uma Cooperativa de Capital e Empréstimo, com o objetivo de promover ajuda financeira à família policial militar no Estado de São Paulo.

Confiança foi o fator decisivo e fundamental para a difusão dos ideais cooperativistas pois, inicialmente, foram apenas vinte os cotistas que investiram seus próprios recursos com o objetivo de proporcionar bem-estar aos demais policiais militares. É certo que houve inúmeras dificuldades e até memo uma ocasião, quando os recursos financeiros destinados aos empréstimos se tornaram escassos e impediam o desenvolvimento da cooperativa, em que um dos cotistas, num gesto de elevado altruísmo, vendeu seu imóvel residencial e destinou o valor à COOPMIL para que esta pudesse expandir suas operações e reafirmar o compromisso social de continuar atendendo a todos, sem discriminação.

Em apenas dez anos, graças ao profissionalismo, idoneidade e transparência da administração do Cap PM Hélio Lourenço Camilli a instituição ultrapassou a marca de 16.000 cooperados, tendo como diretriz socorrer a todos, mesmo aqueles policiais militares que apresentavam maior dificuldade para tomar crédito em razão do comprometimento de sua renda, sua menor capacidade de pagamento e consequente risco mais elevado de inadimplência.

Mensagem do CONSELHO FISCAL

O tempo não para jamais e, neste mês de abril de 2023, a Sicoob COOPMIL completa vinte anos que foi adquiriu o prédio de dez andares na Rua Venceslau Brás 175/179, centro da Cidade de São Paulo, onde instalou sua sede própria, inaugurada em dezembro de 2004, dando continuidade à sua expansão, a qual possibilitou que atualmente a Sicoob COOPMIL seja uma cooperativa de livre admissão, de maneira que qualquer pessoa, seja natural ou jurídica, possa se associar e se tornar um cooperado, dentre os 33.000 existentes, o que revela que a melhoria contínua de seus serviços, seu progresso e seu sucesso são o resultado de estratégias acertadas e bem implementadas.

Não sem razão, nós do Conselho Fiscal, responsáveis que somos pela análise dos balanços e pela fiscalização e comprovação da legitimidade dos atos praticados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, contando com a avaliação permanente de uma empresa de auditoria independente, contratada nos termos exigidos pela legislação, temos nos mantido tranquilos e confiantes de que a Sicoob COOPMIL continuará dando provas de sua pujança e mantendo o seu propósito de conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Assim, antes de finalizarmos, voltamos a exaltar o excepcional trabalho realizado e os resultados positivos alcançados pela Diretoria Executiva da Sicoob COOPMIL, respaldada pelo seu Conselho de Administração, sem nos esquecermos de externar nossa profunda gratidão a todos os colaboradores que, no anonimato de suas funções, são as pessoas que diretamente prestam os serviços e entregam as soluções tão ansiosamente aguardadas pelos associados.

Por derradeiro, nossos agradecimentos a Vossas Senhorias, senhores Delegados e senhoras Delegadas, desejando sucesso em seu mandato de quatro anos, período no qual, temos certeza, haverá de prevalecer a confiança na governança da nossa instituição financeira e a necessária serenidade na tomada de decisões nas assembleias gerais, sempre focados nos valores da nossa Sicoob COOPMIL: respeito às pessoas, cooperativismo, diversidade, orgulho de pertencer, empatia, inovação e simplicidade.



São Paulo, 29 de março de 2023.

Ten Cel PM Ailton Soares
Coordenador

Cel PM Manoel Carlos Abissi Nogueira
Relator

Cel PM Marco Antônio Basso
Vogal



- coopmil.coop.br
- facebook.com/coopmil
- instagram.com/coopmil_oficial
- twitter.com/coopmil
- t.me/sicoobcoopmil